

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA”
CENTRO UNIVERSITÁRIO “EURÍPIDES DE MARÍLIA” - UNIVEM
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CÍCERO ROBERTO MOREIRA
CLAUDIO ROBERTO PIMENTA CALADO
DANILO MEDEIROS SUIZU

**O IMPACTO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA CHINESA PARA
AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS**

MARÍLIA

2008

CÍCERO ROBERTO MOREIRA
CLAUDIO ROBERTO PIMENTA CALADO
DANILO MEDEIROS SUIZU

**O IMPACTO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA CHINESA PARA
AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Centro
Universitário Eurípides de Marília, mantido pela
Fundação de Ensino Superior Eurípides Soares da
Rocha para obtenção da graduação em
Administração.

Orientador:
Prof^ª. Clarissa Chagas Sanches Monassa

MARÍLIA

2008



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"

Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM

Cursos: Administração de Empresas, Análise de Sistemas, Comércio Exterior, Marketing.

Cícero Roberto Moreira - 26043-6
Danilo Medeiros Suizu - 35752-9
Claudio Roberto Pimenta Calado - 34154-1

**TÍTULO "O IMPACTO DO CRESCIMENTO DA ECENOMIA CHINESA PARA AS
EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS "**

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Administração de Empresas da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Administração de Empresas.

Nota: 8,5

ORIENTADOR: *Clarissa Chagas Sanches Monassa*
Clarissa Chagas Sanches Monassa

1º EXAMINADOR: *Marisa Rossinholi*
Marisa Rossinholi

2º EXAMINADOR: *Elaine Morais Ferreira*
Elaine Morais Ferreira

Marília, 19 de novembro de 2008.

MOREIRA, Cícero Roberto; CALADO, Claudio Roberto Pimenta; SUIZU, Danilo Medeiros. **O Impacto do crescimento da economia chinesa para as exportações de produtos agrícolas brasileiros.** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração). Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília, 2000.

RESUMO

A presente monografia visa um levantamento de dados históricos de Brasil e China no que tange ao agronegócio. Demonstraremos as estratégias de ambos os países para o aperfeiçoamento do potencial agrícola, e o ingresso da China à OMC após quinze anos de negociações. Apresentaremos dados estatísticos de suas economias, comércio exterior, principais parceiros comerciais, políticas agrícolas e o impacto da China e Brasil nas importações e exportações de commodities agrícolas, abordando também um relato de como a crise americana poderá afetar o comércio internacional de agronegócio, e as oportunidades e ameaças desta parceria devido às diferenças culturais e econômicas.

Palavras-chave: Agronegócio, Políticas agrícolas, Commodities.

MOREIRA, Cícero Roberto; CALADO, Claudio Roberto Pimenta; SUIZU, Danilo Medeiros. **O Impacto do crescimento da economia chinesa para as exportações de produtos agrícolas brasileiros.** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração). Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília, 2000.

ABSTRACT

The present research paper aims at a survey of historical data of Brazil and China, as far as the agro-business is concerned. The strategies for the improvement of the agricultural potential of both countries will be show, and also the admission of China into the OMC after fifteen years of negotiations. Statistical data of their economies, exterior commerce, main commercial partners, agricultural policies and the impact of China and Brazil on the import and export of agricultural commodities will be presented. It also broaches an account on how the American crisis will affect the international agricultural commerce, and the opportunities and threats of this partnership, due to the cultural and economical differences.

Keywords: agro-business, agricultural policies, commodities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA: Acordo de Livre Comércio das Américas

ASEAN: Associação das Nações do Sudeste Asiático

BAD: Banco Africano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Mundial

CE: Comunidade Européia

FED: Federal Reserve

FMI: Fundo Monetário Internacional

INCRA: Instituto Nacional de Reforma Agrária

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo

MAPA: Ministério Agricultura Pecuária e Abastecimento

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NAFTA: Tratado de Livre Comércio entre México, Estados Unidos e Canadá

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONG's: Organizações Não Governamentais

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PCC: Partido Comunista Chinês

PD's: Países Desenvolvidos

PED's: Países em Desenvolvimento

PIB: Produto Interno Bruto

PROEX: Programa de Exportação

SECEX: Secretaria de Comércio Exterior

UDR: União Democrática Ruralista

ZEES: Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

| | | |
|----------------|---|----|
| INTRODUÇÃO | | 06 |
| CAPÍTULO I – | ECONOMIA CHINESA X ECONOMIA BRASILEIRA: UM HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO AGRÍCOLA | |
| 1.1 – | História econômica da China | 07 |
| 1.2 - | Histórico do agronegócio brasileiro | 13 |
| 1.3 - | Desafios para agricultura do Brasil e China | 17 |
| CAPÍTULO II – | POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA ALAVANCAR O COMÉRCIO DE BRASIL E CHINA | |
| 2.1 - | Política de subsídios e participação da agricultura na economia de Brasil e China | 22 |
| 2.2 - | Estratégias para aumentar o potencial agrícola chinês | 26 |
| 2.3 - | Estratégias do Brasil para alavancar o potencial comercial agrícola com a China e demais parceiros | 31 |
| CAPÍTULO III - | CENÁRIO INTERNACIONAL E OS IMPACTOS NO COMÉRCIO DE BRASIL E CHINA | |
| 3.1 - | A crise americana e os impactos para Brasil e China | 36 |
| 3.2 - | O ingresso da China na OMC e os reflexos para o Brasil | 41 |
| 3.3 - | Economia de mercado com gestão socialista | 47 |
| CONCLUSÃO | | 53 |
| REFERÊNCIAS | | 55 |

INTRODUÇÃO

A comunidade internacional vem se deparando com uma série de notícias sobre o crescimento da participação da China na economia mundial. De fato, o crescimento médio anual do PIB (Produto Interno Bruto), da ordem de 10% nos últimos 25 anos, impressiona.

A China tornou-se o terceiro maior comerciante do mundo, atrás de Estados Unidos e Alemanha e, ao ultrapassar a França e a Inglaterra, ergueu-se à condição de quarta economia do planeta. Por conta desse evento, a China já é hoje o maior importador das principais *commodities* agrícolas e industriais, excetuando o petróleo, onde perde para os Estados Unidos.

Concomitante ao espetáculo do crescimento econômico chinês está à evolução da economia brasileira voltada para o agronegócio, segmento pujante e capaz de gerar riqueza no interior do Brasil.

A economia brasileira representa um importante papel para a economia chinesa ao fornecer alimentos, minérios e matéria-prima para indústria. Dessa forma desponta uma perspectiva comercial interessante tanto a China quanto ao Brasil.

Considerando essa perspectiva, num primeiro momento será demonstrado dados históricos de China e Brasil, para o qual enfocamos principalmente ao agronegócio, apontando os dados estatísticos de suas respectivas economias, comércio exterior, principais parceiros comerciais e políticas agrícolas.

Caracterizadas as duas economias, em um segundo momento será analisado as possíveis ameaças para essa relação comercial. Nesse momento levantamos também as oportunidades que despontam bem como as vantagens para cada país.

Num terceiro momento, comentamos a atual crise americana originada pelas hipotecas *subprime*, já que tal crise está repercutindo no mundo todo, e, portanto, afetando o comércio internacional de agronegócio.

CAPÍTULO I – ECONOMIA CHINESA X ECONOMIA BRASILEIRA: UM HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO AGRÍCOLA

1.1 – História econômica da China

Entre o ano 1 e o fim do século XVIII, a China junto com a Índia respondiam por mais da metade do PIB (Produto Interno Bruto) global, segundo cálculos do economista Angus Maddison.

A enorme população se constituiu um fator determinante para a supremacia da China no passado. No início do século XIX, viviam na China 358 milhões de pessoas o que correspondia a 36,6% da população mundial na época.

A população não era o único fator que explica o peso econômico, ainda a China estava na vanguarda tecnológica em relação ao Ocidente, mais precisamente em relação a Europa, o que permitiu a sua população ter uma renda per capita razoável.

Na dinastia Sung (960-1279) os chineses desenvolveram um sistema agrícola com o qual foi possível a efetivação de mais de uma colheita de arroz por ano, esse feito permitiu um crescimento de 30% na renda per capita do império.

A China foi a primeira a instituir o governo burocrático. Já no século X, o país era administrado por profissionais treinados como servidores públicos, recrutados em exames com base no mérito. Sistema esse que só foi adotado no Ocidente mil anos mais tarde, por iniciativa de Napoleão Bonaparte.

Os burocratas chineses utilizam a imprensa - que surgiu na China 500 anos antes de Gutemberg na Europa – como forma para disseminar por meio de livros ilustrados e folhetos, as novas técnicas entre agricultores chineses.

O Estado Chinês também promovia a irrigação, o uso intenso de mão-de-obra e a disseminação de fertilizantes naturais, o que levou a uma alta produtividade da agricultura. Com boas colheitas a população multiplicou por quatro entre os séculos XIII e XIX, com relativo equilíbrio da renda per capita.

O Império do Meio (do ano de 221 até 1911) detém os direitos autorais de descobertas importantes para a humanidade, tais como a impressão, o papel, a pólvora e a bússola; as quais são consideradas grandes invenções da China antiga.

Fator obscurecido pela história de supremacia dos povos americanos – que foram descobertos e colonizados por europeus – os chineses também tiveram seus grandes

navegadores, que lideram frotas maiores e mais sofisticadas que as de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral.

O comandante Zheng He realizou sete expedições entre os anos 1405 e 1433 para o Sudeste Asiático, África, Golfo Pérsico e Índia. As maiores frotas de Zheng He tinham cerca de 300 navios e 27 mil homens.

Diferentemente das expedições ocidentais, as expedições chinesas não tinham o objetivo de estabelecer colônias, visto que sua intenção não era mercantil; mas de propagar a imagem de superioridade e com isso, garantir Estados tributários, como a Coreia e o Vietnã foram.

Com uma população atual de 1,3 bilhões de habitantes o que equivale a 20% da população mundial, a China se impõe ao mundo de forma mais aguda, e não perderá espaço no cenário internacional, como aconteceu no passado, quando ficou 200 anos fechada para o mundo.

Em dezembro de 1978 na terceira sessão plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, os membros do partido concordaram com a proposta de reforma econômica levantada por Deng Xiaoping, cujo lema era: “Que a economia, e não o dogma, determine o destino da China”. Xiaoping propôs que a China abrisse a sua economia para o mundo. Nesse sentido, as políticas estratégicas adotadas pelo governo chinês foram de fundamental importância para o desenvolvimento da economia chinesa. (MADDISON, 2001)

O socialismo liberal chinês nasceu em outubro de 1993, quando o Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês homologou o termo “economia de mercado socialista”, que foi referendado pela Assembléia Popular Nacional, através de emenda constitucional.

As reformas chinesas foram facilitadas pelo declínio do império soviético durante a Guerra Fria. Sabendo que o capitalismo predominaria, Xiaoping fez com que a China se preparasse para a guerra do mercado globalizado. Ao contrário de russos e americanos os chineses se preparavam para o desenvolvimento da economia.

O partido comunista, liderado Xiaoping, abriu-se em partes, mas não ao todo, sem perder o controle político e a ideologia do comunismo, pois ambos dariam sustentabilidade ao projeto chinês de tornar-se a grande fábrica do mundo e retornar ao lugar que já foi seu, que somente após a revolução industrial em que a Europa Ocidental, liderado pela Inglaterra se qualificou como sendo a região mais próspera do planeta e colocando a economia chinesa na periferia.

Com 70,8 milhões de filiados, fundado há 85 anos e há 57 no comando da China, o Partido Comunista Chinês direciona o futuro do país, e de suas fileiras que são preparados

todos os alto escalão do Comitê Central do Congresso Nacional do Povo, se constituindo como órgão mais alto do poder do Estado.

Desde a proclamação da República Popular da China em 1949 até 1978, a China vivenciou grandes transformações políticas internas e externas das quais se destacam a Revolução Cultural e visita do presidente Americano Richard Nixon a Pequim.

Em 1966, teve início a Revolução Cultural, quando Mao Tse-tung, presidente do Partido Comunista e governante do país, criou a Guarda Vermelha para reforçar sua posição contra seus rivais e críticos. Durante essa campanha, livros foram queimados e estátuas destruídas, enquanto milhões de pessoas, sobretudo intelectuais, foram mortos, presos, humilhados em público ou mandados para o campo para efetuar trabalhos braçais. Com a morte do presidente Mao e a prisão da Gangue dos Quatros em 1976 a Revolução Cultural chegou ao fim.

A visita do presidente dos Estados Unidos à China em 1972, Richard Nixon, indicava para onde a China queria direcionar a sua economia, como ficou provado seis anos mais tarde, em 1978 com a abertura das Zonas Econômicas Especiais na região costeira, a liderança chinesa acabava de inaugurar o “Socialismo de Mercado”.

O governo Chinês direciona com mãos firmes o futuro do 1,3 bilhões de Chineses, e as políticas econômicas adotadas e seguidas rigidamente já tiraram milhões de Chineses da linha de pobreza.

Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) o governo Chinês, nessa etapa liderado por Hu Jintao e Wen Jiabao, (que se lançou a procurar nos países periféricos o reconhecimento de que a China é uma economia de mercado), e com grande adesão dos países periféricos, o governo de Pequim tentará quebrar a resistência de Americanos e Europeus, pois ambos relutam em não reconhecer a China com economia de mercado.

O governo e o partido comunista da China tem sido o maior responsável pelo desenvolvimento de sua economia, pois teve a coragem de quebrar as barreiras ideológicas dentro do próprio partido e implementar, a “Economia Socialista de Mercado nos moldes Chinês” em um país comunista. Para conseguir convencer a liderança do partido comunista e investidores estrangeiros Deng Xiaoping definiu que a “Cor do gato não tem a menor importância, desde que ele consiga caçar os ratos”.

Os principais países, as maiores organizações empresariais e os maiores investidores, principalmente nos Estados Unidos, Europa e Japão embarcaram no ambicioso projeto

Chinês, em que investir na China, resultaria em grande benefícios financeiros a todos, ou do contrário, ficariam atrelados a crescimentos pífios em seus países centrais.

Quando um quinto da humanidade entra no jogo das trocas globais, o impacto sobre o consumo de energia, bens duráveis, emprego e poder de compra ficam afetados, pelo lado dos Chineses positivamente e pelos demais países, principalmente os desenvolvidos e os em desenvolvimento a situação tende a se agravar. Tudo dependerá de como os países se relacionarão com a China, ou seja, se ficarão reclamando da postura cambial, política industrial de Pequim ou, ao invés de ver ameaças, enxerguem oportunidades.

Com uma população que representa 20% da população mundial, a China se caracterizou, desde o início das reformas econômicas implantadas por Deng Xiaoping com as “Zonas Econômicas Especiais” que direcionam a sua indústria, que utilizaram mão-de-obra intensiva, pois se tratava de uma força de trabalho barata em relação aos países centrais e outros países em desenvolvimento, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Custo da Mão-de-Obra na indústria, por hora, em 2002

(Em US\$)

| | |
|----------------|-------|
| Indonésia | 0,35 |
| Índia | 0,43 |
| China | 0,59 |
| Chile | 2,05 |
| México | 2,27 |
| Taiwan | 6,13 |
| Coréia do Sul | 8,35 |
| Espanha | 11,46 |
| Alemanha | 24,07 |
| Japão | 19,01 |
| Estados Unidos | 20,32 |

Fonte: Crédit Suisse, 2004

Apesar da forte migração do campo para as cidades, a China permanece sendo um país predominantemente rural. Todavia, a participação da população urbana sobre o total vem crescendo de forma expressiva, conforme tabela 2. Em 1989, apenas 26% da população estava localizada no meio urbano, enquanto em 2002 esse percentual chegou a quase 40%.

A melhor explicação para o crescimento da população urbana reside nas novas oportunidades de trabalho criadas nas cidades, sendo:

O aumento da oferta no setor privado, incluindo postos criados por empresas estrangeiras no país; o crescimento de postos de trabalho, atribuídos ao setor informal (tais como aumento de vendas em ruas, construção e serviços domésticos); o crescimento das províncias costeiras (Fujian, Guandong e Zhejiang), beneficiadas pelo surgimento, a partir dos anos 80, das zonas econômicas especiais. (MADDISON, 2001)

Outro importante fator explicativo para a mudança da composição da população urbano-rural reside na flexibilização, a partir de 1997, do chamado “sistema *hukou*”. Criado anos 50 o *hukou* é um certificado que permite o trabalhador chinês permanecer nas cidades e ganhar acesso preferencial a serviços públicos tais como educação, saúde e seguridade social.

Além disso, a mobilidade do trabalho era extremamente restrita pelo fato de as empresas urbanas só poderem contratar trabalhadores de outras províncias caso não fossem encontrados trabalhadores locais.

Tome como exemplo a cidade de Shenzhen, uma aldeia chinesa de pescadores que em 20 anos se tornou uma cidade com mais de 10 milhões de habitantes: o lugar tem, hoje, o maior índice de crescimento mundial do PIB: 28% ao ano. Formado por uma população jovem, quase toda feita de imigrantes (90%), Shenzhen abriga escritórios de cem das quinhentas maiores corporações do mundo e conta com 27 hotéis cinco estrelas.

Tabela 2 - China – População

| | 1978 | 1989 | 1997 | 2001 | 2002 |
|--------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|
| População (Milhões de Pessoas) | 963 | 1.127 | 1.236 | 1.276 | 1.285 |
| Rural | 790 | 832 | 842 | 796 | 782 |
| Urbana | 172 | 295 | 394 | 481 | 502 |

Fonte: China Statistical Yearbook 2003.

O crescimento da economia chinesa nos últimos anos esta proporcionando a sua população o acesso aos bens duráveis. A (Tabela 3) mostra o crescimento do consumo pela população urbana. Os aparelhos celulares chamam a atenção, o aumento percentual de 19,5 para 62,9 o número de aparelhos possuídos por cada 100 trabalhadores urbanos, entre 2000 e 2002

Grandes desigualdades persistem nos níveis de consumo entre a população urbana e rural. Saltam aos olhos as diferenças nos consumos de refrigeradores e TVs coloridas. Em 2002, cada 100 trabalhadores nos centros urbanos possuíam 87,4 refrigeradores e 126,4 TV's coloridas, ao passo que cada 100 trabalhadores nas áreas rurais possuíam apenas 14,8 refrigeradores e 60,5 TV's coloridas. Mesmo dentro das áreas rurais, existem grandes disparidades no padrão de consumo. Nas províncias do oeste (mais pobres), cada 100 trabalhadores possuem apenas 6,1 refrigeradores e 48 TVs coloridas.

Tabela 3 - Número de Bens de Consumo Duráveis Possuídos por 100 Trabalhadores nos Centros Urbanos e nas Áreas Rurais ao Final do ano.

| Item | 2000 | 2001 | 2002 |
|----------------------------|-------|-------|-------|
| Motocicletas | | | |
| População Urbana | 18,8 | 20,4 | 22,2 |
| População Rural Total | 21,9 | 24,7 | 28,1 |
| 12 Províncias do Oeste | 12,3 | 14,3 | 17,3 |
| Automóveis | | | |
| População Urbana | 0,5 | 0,6 | 0,9 |
| Refrigeradores | | | |
| População Urbana | 80,1 | 81,9 | 87,4 |
| População Rural Total | 12,3 | 13,6 | 14,8 |
| Províncias do Oeste | 4,6 | 5,1 | 6,1 |
| TVs Coloridas | | | |
| População Urbana | 116,6 | 120,5 | 126,4 |
| População Rural Total | 48,7 | 54,4 | 60,5 |
| 12 Províncias do Oeste | 36,6 | 42,0 | 48,0 |
| Telefones Celulares | | | |
| População Urbana | 19,5 | 34,0 | 62,9 |
| População Rural Total | 4,3 | 8,1 | 13,7 |
| 12 Províncias do Oeste | 1,1 | 2,8 | 6,3 |

Fonte: China Statistical Yearbook, 2003

1.2 – Histórico do agronegócio brasileiro

O Brasil pode se considerado no contexto mundial atual, como celeiro mundial em termos de agronegócio. O país possui 22% das terras agricultáveis do mundo, conta com clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce do planeta, além de elevada tecnologia utilizada no campo, dados estes que fazem do agronegócio brasileiro um setor moderno, eficiente e competitivo no cenário internacional (CNA, 2006).

Todo esse cenário enquadra-se em uma evolução que remonta ao século XVI. A ocupação iniciada durante o século XVI e apoiada na doação de terras por intermédio de sesmarias, monocultura da cana-de-açúcar e no regime escravocrata foi responsável pela expansão do latifúndio. Antes da expansão deste sistema monocultor, já havia se instalado no país como primeira atividade econômica a extração do pau-brasil. A extinção do pau-brasil coincidiu com o início da plantação da lavoura canavieira, que durante esse período serviu de base e sustentação para a economia.

Já em áreas do sertão, onde as condições ambientais não eram favoráveis à expansão canavieira, desenvolveu-se a grande propriedade voltada para a pecuária de corte e o abastecimento de pequenos centros urbanos para o fornecimento de animais de tração às áreas canavieiras.

Junto ao desenvolvimento da cultura canavieira e da pecuária extensiva, foi desenvolvida uma agricultura de subsistência que visava o abastecimento de pessoas engajadas nos engenhos e fazendas de gado, situação esta que perdurou até o século XVIII, quando a mineração passou a ser a principal atividade do país.

Essa nova atividade foi responsável pelo aumento de áreas voltadas para agricultura de subsistência e promoveu o aparecimento de propriedades de menores dimensões, dedicadas à produção de alimentos, com fins comerciais. A prática de mineração ficou sob a forma de garimpos.

Já no século XIX, teve início a fase de grande expansão da ocupação do território brasileiro, sobretudo na região Sudeste, motivada pela difusão de novas terras e o conseqüente aumento do tamanho das propriedades (CNA, 2006).

No século XX, sucessivas crises de abastecimento surgidas em função do predomínio econômico do café e da cana-de-açúcar, voltados para o mercado externo, contribuíram para o

aparecimento de pequenas e médias propriedades dedicadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos.

O crescente processo de urbanização do Brasil, junto com o desenvolvimento industrial a partir da década de 40, contribuíram para o surgimento de áreas agrícolas destinadas à produção de matérias-primas industriais, de produtos hortifrutigranjeiros e de uma pecuária leiteira desenvolvida em planaltos.

Em termos macroeconômicos, em 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio global brasileiro foi de R\$ 533,98 bilhões, representando 34% do PIB do Brasil. Nesse mesmo ano, a agricultura teve um PIB de R\$ 95,43 bilhões, enquanto a pecuária apresentou PIB de R\$ 65,22 bilhões (MAPA, 2006).

Esses dados ilustram a grande relevância do agronegócio no Brasil: o agronegócio brasileiro representou um saldo da balança comercial de US\$ 34 bilhões no ano de 2004, com R\$ 39 bilhões de exportações em 2004, representando 43% das exportações totais do Brasil. Ademais, o agronegócio brasileiro emprega um terço da população economicamente ativa (MAPA, 2006).

Não obstante, o Brasil possui 62% da área de seu território com potencialidade agrícola, sendo que 90 milhões de hectares estão no cerrado brasileiro; a área ocupada por estabelecimentos agropecuários totaliza 353,6 milhões de hectares, ou seja, 41,4% do total da superfície de 851 milhões de hectares do território nacional (CONAB, 2006).

No tocante à produção nacional do agronegócio, a safra total de álcool foi de mais de 15 milhões de m³ no período 2004/2005, a de açúcar totalizou 26,3 milhões de toneladas e a de cana-de-açúcar somou 381 milhões de toneladas no mesmo período. A safra de soja brasileira foi de 22,3 milhões de hectares no período 2004/2005, enquanto as de algodão e arroz totalizaram, respectivamente, 1,1 milhão e 3,7 milhões em 2004/2005.

Com relação a produção interna de carne de frango, esta somou 5,9 milhões de toneladas em 2003; já os rebanhos bovino, suíno, ovino, caprino e bubalino foram de, respectivamente, 195.552, 32.305, 14.556, 9.582 e 1.149 cabeças no ano de 2003. O Brasil foi o primeiro produtor mundial em 2004 de café, cana e laranja, representando, respectivamente, 32,11%, 31,08% e 29,01% da produção mundial desses produtos. Além disso, é necessário ressaltar que o país foi o segundo maior produtor, em 2004, de banana, carne bovina, feijão, fumo, mandioca, e soja (MAPA, 2006).

Todos esses números credenciam o Brasil como grande fornecedor mundial de alimentos, com grande áreas agricultáveis, bastante mão de obra e clima favorável faz do país um fornecedor altamente eficiente na produção agrícola.

A produção agropecuária é outro importante indicador do agronegócio e o exame de seu comportamento recente ajuda a compreender melhor o desenvolvimento do agronegócio no Brasil. A tendência, nos últimos anos, tem sido de crescimento sistemático da produção de lavouras. O fato mais observado a respeito desse crescimento é que ele tem ocorrido principalmente devido aos ganhos de produtividade.

Esta tem sido a força que impulsiona o crescimento da produção. A linha de tendência da produção agropecuária em 2004/05 resultaria numa produção estimada de cerca de 130 milhões de toneladas de grãos. Porém, a seca ocorrida no Sul do país e, em menor proporção, em outras regiões, levou a uma queda brusca da produção anteriormente esperada em 2005, resultando numa safra de cerca de 112,37 milhões de toneladas (MAPA, 2006).

Em relação à safra 2003/2004, a queda de produção foi de 5,4 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas. Do mesmo modo, problemas climáticos afetaram a safra 2005/2006 fazendo com que a produção de grãos ficasse abaixo do previsto (MAPA, 2006).

O aumento da produção agropecuária permitiu que, nos últimos 14 anos, houvesse um aumento da disponibilidade de produtos de lavouras. Esse fato é importante, pois mostra a resposta da produção agrícola diante do aumento da população e representa um bom indicador no contexto da preocupação com a segurança alimentar. Este ponto torna-se mais visível ao observar que a produção de alimentos básicos também se elevou nos últimos anos.

Adicionalmente, as culturas alimentares como arroz, feijão e trigo tiveram elevados aumentos de produtividade. Essas lavouras obtiveram, nos anos recentes, ganhos de produtividade superiores ao obtido na média do grupo de cereais, leguminosas e oleaginosas.

Estes são pontos que reforçam a importância do agronegócio no Brasil, além de sua grande competitividade, utilização de alta tecnologia e gerador de empregos e riquezas para o país.

O aumento da atividade externa do agronegócio pode também ser analisado pelo seu grau de abertura, medido pela relação entre exportações do agronegócio e o PIB do Agronegócio. Essa relação mostra que tem aumentado consideravelmente o grau de abertura, especialmente a partir de 2001. O grau de abertura que era de 11,69% em 2001, passou para 19,75% em 2005. Este percentual indica quanto representavam as exportações do agronegócio em relação ao produto gerado por esse setor. A partir de 2002 o grau de abertura do agronegócio passou a ser maior que o da economia. Apesar de ter havido uma expansão acentuada desse indicador, há ainda muito espaço para seu crescimento (SCOT CONSULTORIA, 2007).

Tabela 4 - O Brasil no Ranking Mundial dos Principais Produtos Agrícolas

| Produto | Exportações | | | | Produto | Produção | | | |
|---------------------|-------------|----------|----------|-----------------|---------------------|----------|----------|----------|-----------------|
| | 2004 (%) | 2005 (%) | 2006 (%) | Posição em 2006 | | 2004 (%) | 2005 (%) | 2006 (%) | Posição em 2006 |
| Carnes | | | | | Carnes | | | | |
| Carne Bovina | 25,06 | 26,33 | 27,80 | 1º | Carne Bovina | 15,54 | 16,41 | 16,54 | 2º |
| Carne Aves | 39,90 | 40,33 | 38,64 | 1º | Carne Aves | 15,03 | 15,82 | 15,44 | 3º |
| Carne Suína | 12,78 | 14,60 | 10,43 | 4º | Carne Suína | 2,80 | 2,91 | 2,75 | 4º |
| Grãos/Outros | | | | | Grãos/Outros | | | | |
| Açúcar | 32,48 | 37,74 | 34,74 | 1º | Açúcar | 18,54 | 20,03 | 18,73 | 1º |
| Café | 27,39 | 30,62 | 28,11 | 1º | Café | 30,50 | 36,11 | 32,03 | 1º |
| Suco de Laranja | 83,74 | 80,43 | 81,91 | 1º | Suco de Laranja | 54,55 | 57,53 | 59,67 | 1º |
| Soja - Grão | 35,51 | 31,20 | 40,19 | 2º | Soja - Grão | 27,31 | 24,54 | 25,23 | 2º |
| Soja - Farelo | 32,70 | 30,62 | 25,20 | 2º | Soja - Farelo | 17,41 | 16,32 | 15,06 | 4º |
| Óleo de Soja | 31,49 | 26,16 | 22,02 | 2º | Óleo de Soja | 18,65 | 17,39 | 15,71 | 4º |
| Algodão | 2,90 | 4,45 | 4,41 | 5º | Algodão | 6,72 | 4,91 | 5,92 | 4º |
| Milho | 7,34 | 1,87 | 2,96 | 5º | Milho | 6,31 | 4,90 | 4,12 | 5º |
| Arroz | 0,14 | 0,94 | 0,89 | 17º | Arroz | 2,22 | 2,25 | 1,88 | 9º |

Fonte: USDA, MAPA (2006).

O agronegócio brasileiro tem potencial para crescer. Aumentos da população e da renda elevarão a demanda por alimentos. Países super populosos, como a China e Índia, terão dificuldade de atender às demandas, devido ao esgotamento de áreas agricultáveis. A disponibilidade de recursos naturais no Brasil é fator de competitividade.

Embora as projeções apresentadas para o Brasil para os próximos anos sejam favoráveis, permanecem algumas incertezas. A este respeito, quatro principais áreas de incerteza podem ser identificadas:

Crescimento econômico abaixo do previsto - O mundo vive um período de prosperidade. Quedas nas taxas de crescimento econômico, principalmente de países em desenvolvimento dinâmicos, como a China e Índia, podem impactar negativamente a produção e comércio internacional de produtos do agronegócio. Protecionismo dos países desenvolvidos - Parte-se da hipótese de que haverá redução de subsídios aos produtores rurais nos países desenvolvidos. Um recrudescimento do protecionismo, tarifário ou não tarifário, terá forte impacto no comércio internacional. Para o Brasil, são estratégicos carnes e açúcar.

Falta de investimento em infra-estrutura física - Cabe ao Brasil melhorar e criar uma infra-estrutura adequada para armazenamento e escoamento da produção, principalmente do Centro-Oeste, condição necessária para a competitividade do agronegócio brasileiro, a curto, médio e longo prazos. Atrasos na tecnologia e defesa agropecuária - Outro fator de competitividade é disponibilidade de tecnologia, principalmente tropical, para a melhoria da

produtividade. Sistemas de produção e comercialização não confiáveis quanto à sanidade vegetal e animal comprometerão a exportação de produtos do agronegócio para o mundo e a manutenção do mercado interno (SCOT CONSULTORIA, 2007).

1.3 - Desafios para agricultura do Brasil e China

Brasil e China têm desafios semelhantes no que tange a maneira de como lidarão com os problemas sociais oriundos da agricultura.

Ambos os países terão que superar obstáculos seculares no campo e provar para seus cidadãos, principalmente os camponeses chineses e brasileiros, que a agricultura é fator de desenvolvimento de uma nação, sendo como deslocamento de mão-de-obra para a indústria no caso chinês, ou como reduzir a desigualdade social através da reforma agrária e trazer divisas internacionais no caso do Brasil.

Na agricultura do Brasil há dois fatores em conflito. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que é de origem proletariada com profundas raízes no Marxismo, e do outro lado têm a União Democrática Ruralista (UDR) formado por grandes latifundiários que defendem a propriedade privada.

Para mediar esse conflito, está o Governo Federal, que através do INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) tenta ser o conciliador. Por um lado há o ônus político, uma vez que uma das promessas de campanha, do então Presidente da República do Brasil o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, foi o de promover e acelerar a reforma agrária. Por outro lado apoiar os grandes latifundiários a serem grandes exportadores de *commodities* agrícolas e com isso tornar a balança de pagamentos muito mais positiva.

O Brasil passou por oito anos com o modelo econômico neoliberal implementado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que provocou graves danos para quem vive no meio rural, fazendo crescer a pobreza, a desigualdade, o êxodo, a falta de trabalho e de terra. A eleição de Lula, em 2001, representou a vitória do povo brasileiro e a derrota das elites e de seu projeto. Mas, mesmo essa vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Assim, é necessário promover, cada vez mais, as lutas sociais para garantir a construção de um modelo de agricultura que priorize a produção de alimentos e a distribuição de renda.

Atualmente, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos 23 estados em que o Movimento atua, a luta não é só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.

As idéias do MST foram reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST em 2007, segue-se os parágrafos da carta do MST.

Intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária.

Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). E lutar pelo não pagamento da dívida externa. (MST, 2006)

Preparar desde já, junto com as demais forças sociais e políticas, uma jornada de lutas, prolongada e massiva para o primeiro semestre de cada ano. (tendo como referência dia 17 de abril).

Ao lado dos grandes latifundiários brasileiros está a União Democrática Ruralista (UDR) Segue Breve Histórico da UDR e o que a ela defende.

A União Democrática Ruralista (UDR) é uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País. O atual presidente da entidade é o agropecuarista, Luiz Antonio Nabhan Garcia.

A entidade teve sua primeira sede regional fundada em 1985, na cidade de Presidente Prudente - SP, e posteriormente no ano 1986, na cidade de Goiânia - GO foi fundada a primeira UDR - Nacional, com sede em Brasília - DF.

Os proprietários rurais sentiram a necessidade de se mobilizarem para pressionarem o Congresso Nacional. Na época, a ala da esquerda da recém nascida "Nova República" queria acabar com o direito de propriedade e os ruralistas decidiram reagir. Com isso, conseguiu-se colocar na Constituição de 1988, a Lei que assegura este direito do produtor rural.

De 1994 a 1996 a UDR (Presidente Prudente - SP) ficou desativada devido a desmobilização da classe, que sentiu-se mais segura após a vitória na Constituinte e o afastamento dos riscos sobre o direito de propriedade. No final de 1996 a entidade foi reativada”(UDR,2006).

Como mediador está o governo federal do Brasil e através do INCRA está tentando reduzir a tensão no campo, não só fazendo desapropriação de terras improdutivas como também liberando crédito para os pequenos agricultores.

O Incra é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a Reforma Agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Nacionais. (INCRA, 2006)

A partir do anúncio do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, no final de 2003, o Governo Federal assumiu como meta o acesso à terra para 530 mil famílias até 2006, sendo 400 mil famílias por meio de assentamentos e o atendimento de 130 mil famílias através do crédito fundiário, além da regularização fundiária para 150 mil famílias (INCRA, 2006).

Para não ficar somente atuando como polícia na agricultura do Brasil, efetuando desapropriação de terras e efetivando a reforma agrária, foi criado pelo INCRA o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar).

Desde 2005, quando foi criado, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) já investiu R\$ 1,5 bilhões. Os recursos foram destinados a 432,8 mil agricultores e os produtos adquiridos chegaram a 24,4 milhões de pessoas. Os resultados desta iniciativa serão avaliados no Seminário PAA-Balanco e Perspectivas, em Brasília.

O PAA é uma das ações do Fome Zero que, de um lado, adquire por preço justo alimentos de agricultores familiares e, de outro, distribui os produtos aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social e alimentar. O objetivo é promover o direito humano à alimentação adequada e assegurar o princípio da soberania alimentar do País (CONAB, 2006).

O PAA é um sucesso e explica por que com tão pouco dinheiro se consegue um resultado tão importante, enfatizou o presidente Luiz Inácio Lula, ao assinar, no ano passado, o pacto com governadores e entidades para melhorar a vida de crianças e adolescentes da região do semi-árido. (INCRA, 2005)

O Programa paga a cada produtor R\$ 3,5 mil, por ano, na área agrícola, e o mesmo valor, por semestre, no caso do leite. Para que os agricultores sejam atendidos e os alimentos cheguem aos pratos de milhares de brasileiros, o PAA envolve ações dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Educação; Fazenda; Planejamento; a Campanha Nacional de Abastecimento (Conab), além de estados e municípios (CONAB, 2006).

Já o desafio Chinês é conciliar crescimento econômico sem provocar uma migração interna do campo para as cidades, impedir e reduzir o desastre ambiental que põe toda a agricultura Chinesa em alerta. A migração interna e a degradação ambiental poderão afetar seriamente as bases do poder o Partido Comunista chinês e abalar o seu poder, o que jamais foi questionado pelos seus cidadãos desde a revolução que derrubou os nacionalistas e foi implantada pelos comunistas a República Popular da China.

O Governo da China impõe leis severas para conter a migração interna e controla a população camponesa para que as cidades Chinesas não se transformem ainda mais em aglomerados de pessoas, como acontece em muitas cidades do Sudeste Asiático onde a qualidade de vida é péssima.

Um dos controles é *Huko*, é um passaporte dado pelo governo Chinês para que os trabalhadores possam se deslocar dentro do país. Os maiores usuários do *Huko* são os camponeses, dessa forma o governo controla a migração interna e libera mão-de-obra barata para as indústrias, é uma forma de conter mais de 500 milhões de pessoas no campo e que estão ávidos para participar o banquete do crescimento econômico chinês que não para de crescer.

A degradação ambiental na China provoca prejuízos e torna a vida dos camponeses ainda mais difícil. Os problemas ambientais da China estão entre os mais graves do mundo com extensão territorial de dimensões continentais. A longa lista vai de poluição do ar, perdas de biodiversidade, perda de terras de cultivo, desertificação, desaparecimento de pantanais, degradação de pradarias, espécies invasoras, sobrepastejo, interrupção do fluxo de rios, salinização, erosão do solo, acúmulo de lixo, poluição e falta de água. Esses e outros problemas ambientais estão causando enormes perdas econômicas, conflitos sociais e problemas de saúde a China.

A China é o maior produtor e consumidor de fertilizantes, respondendo por 20% do uso mundial é o segundo maior produtor e consumidor de pesticida, e responde por 14% do total mundial. A produção anual de dejetos animais em terra já é três vezes a produção de rejeitos industriais sólidos o que tende aumentar a poluição terrestre e aquática respectivamente (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2007).

A erosão do solo na China afeta 19% de sua área e resulta na perda de cinco bilhões de toneladas de solo por ano. A quantidade, a qualidade e a fertilidade do solo diminuíram, em parte devido ao uso prolongado de fertilizantes acrescido a um drástico declínio, associado ao uso de pesticidas, da quantidade de minhocas, renovadoras do solo, causando assim uma

diminuição de 50% na área de terrenos cultiváveis considerados de alta qualidade. A desertificação, pelo sobrepastejo e uso da terra para agricultura, afetou mais de um quarto do país e na última década, destruiu cerca de 15% da área que resta para agricultura e pastoreio no norte da China (CHINA STATISTICAL YEAERBOOK, 2007).

Todos esses problemas de solo, erosão, perda de fertilidade e desertificação, juntam-se à urbanização, poderá acarretar em um grande problema de abastecimento alimentar do país, porque ao mesmo tempo em que há uma diminuição da área cultivável, a população e o consumo *per capita* vem aumentando, e o potencial de aumento das terras cultiváveis é limitada.

Para complicar o quadro, uma pesquisa realizada pelo Ministério da Agricultura e Meio Ambiente da China feito no porto de Shangai, entre 1986 e 1990 examinou material importado trazido por 349 navios de 30 países revelou contaminação com 200 espécies de plantas estrangeiras. Algumas dessas plantas, insetos e peixes invasores acabaram se estabelecendo como pragas, causando grande prejuízo econômico à agricultura, aquicultura, silvicultura e produção de gado (CHINA STATISTICAL YEAERBOOK, 2007).

Brasil e China terão que encontrar alternativas de crescimento econômico para a agricultura e seus trabalhadores, conciliando justiça social e respeito ao meio ambiente, somente assim essas duas nações com profundas raízes no campo encontrarão o caminho para a prosperidade e a segurança alimentar de seus cidadãos.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA ALAVANCAR O COMÉRCIO DE BRASIL E CHINA

2.1 – Política de subsídios e participação da agricultura na economia de Brasil e China

Na China a produção agropecuária está associada a elevados níveis de produção com uma estrutura fundiária fragmentada em milhões de mini produtores rurais. A fragmentação da produção, no entanto não foi um obstáculo para o crescimento da produção concomitante com o crescimento do consumo de alimentos, que é sustentado pelo crescimento econômico vigoroso que os chineses experimentam nos últimos 25 anos na ordem de 10% ao ano.

O PIB (Produto Interno Bruto) agrícola da China em dólares a preços correntes aumentou cerca de 76% de 1990 a 2005. Esse foi o mesmo crescimento que registrou o PIB agrícola do Brasil. A desigualdade está nas elevadas oscilação flagrada no PIB brasileiro, decorrentes do câmbio flutuante, onde o Banco Central do Brasil deixa que o mercado regule e não o governo (CHINA STATISTICAL YEAERBOOK, 2007).

No caso de Pequim que faz a gestão da taxa de câmbio, e está imune ao mau humor do mercado financeiro internacional que através do capital especulativo injeta dinheiro em economias de países em desenvolvimento como Brasil, Argentina, México, África do Sul, Indonésia, Rússia e Turquia tornando a economia desses países superavitária e a moeda local forte, mas o contrário ocorre quando a desconfiança referente aos números desses países não são satisfatório aos investidores ou quando para cobrir rombos em seus países de origem é retirado todo ou quase todo o capital aplicado que é acrescido de juros altos, deixando a moeda local totalmente depreciada em relação ao dólar.

O PIB agrícola do Brasil contribui pouco mais de 5% do PIB total, na China o setor agropecuário contribui com 10% do PIB total. Com a entrada da China na OMC (Organização Mundial do Comércio) e o dinamismo do setor industrial que juntamente com o setor de serviços é responsável por 90% do PIB a China não é diferente de economias de países em desenvolvimento, o PIB agrícola está perdendo participação na economia muito rápido, semelhante ao que ocorreu como o Brasil nos anos 80 do século XX (CHINA STATISTICAL YEAERBOOK, 2007).

O imenso mercado chinês, a capacidade espetacular de exportação da indústria, e o alerta constante com a segurança alimentar são indicadores que seduz os investidores estrangeiros e pelos chineses que vivem no exterior a investir na agricultura do seu país natal. O governo de Pequim pouco colabora para divulgar quais e quantos são os investimentos estrangeiros e dos próprios chineses no setor agrário.

Associados ao governo de Pequim, empresários chineses estão buscando ofertar alimentos, através de aquisição de terra no continente Africano. Os recursos naturais são o grande interesse que a China quer da África, para manter o seu atual crescimento econômico é necessário manter fontes de suprimento de petróleo, minério, madeira e alimentos. De acordo com estatísticas oficiais do governo chinês, cerca de 30% dos recursos petrolíferos de que a China consome são importados da África, enquanto o comércio bilateral chegou a US\$ 55,46 bilhões em 2006. Esse súbito interesse de Pequim pelo continente esquecido por Europeus e Americanos está sendo chamado de “Novo Colonialismo a moda Chinesa”. Para legitimar o interesse de Pequim pela África a diplomacia chinesa está buscando atrair os líderes africanos.

A China promoveu uma conferência com 48 líderes da África em Pequim em novembro de 2007 prometendo US\$5,5 bilhões para o continente. De acordo com uma reportagem do Instituto de Política Pública de Londres a China tornou se o terceiro maior parceiro da África, atrás apenas dos Estados Unidos e França.

Em recente discurso da cerimônia de abertura da reunião anual do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em Xangai o primeiro ministro Wen Jiabao apontou o perdão da dívida e a transferência de tecnologia como ferramentas que os países mais ricos podem usar para ajudar a acelerar o crescimento na África.

O agronegócio Chinês poderá ser ainda mais atrativo aos investidores se o governo promover alterações na legislação sobre uso e propriedade da terra.

Não há registro de casos de empresas brasileiras do agronegócio que tenham investimentos na China. Ao contrário dos brasileiros empresários Australianos e Neozelandeses estão agindo com rapidez para aquisição de terras e estabelecer plataforma de produção de alimentos que atenda o mercado que mais cresce no mundo e dependendo do contexto no futuro tornar a China como exportadora de alimentos, aproveitando todo o conhecimento e estrutura que os empresários chineses já possuem nas exportações de produtos acabados da indústria.

As políticas para o setor agrário aprovadas por Pequim e que impactaram no agronegócio brasileiro são as que influenciaram no preço no mercado mundial de produtos agrícola, seguindo uma tendência dos produtos industrializados *MADE IN CHINA*, que têm

nos preços baixos o seu maior atrativo. Desde o início da adesão pela OMC (Organização Mundial de Comércio) o governo de Pequim estruturou a política agrícola associando as severas restrições aplicadas pela própria organização com os objetivos estabelecidos para o setor agrário.

O financiamento público de apoio a produção agrícola e capitalização para os agricultores estão inclusos nas linhas estratégicas de sustentação de preço e renda.

Subsídios aos insumos e financiamento de apoio ao crédito e investimentos são os que o governo da China mais intensificou, no entanto investimentos vinculados à pesquisa estão estagnados.

A China têm um projeto em curso para que sejam eliminadas as taxas que incidem sobre a agricultura. A redução ou eliminação dos impostos sobre o setor de atividade agrícola resultará em forte impacto na renda dos produtores e levará crescimento substancial na produção de algumas *commodities*.

O governo chinês subsidia o setor agrícola com valores equivalentes a US\$ 50 bilhões de dólares. A garantia de preço e renda, associado às políticas para compra de insumos (sementes, máquinas agrícolas, fertilizantes e programas no combate e controle de pragas e pestes) implantados pelo governo chinês deve ser motivo de preocupação do agronegócio brasileiro. O governo do Brasil juntamente com os exportadores poderá levar esses incentivos mascarados e denunciar a China no painel da OMC acusando de subsídios já que tais práticas são condenadas pela organização. O Brasil ainda não reconheceu a China como economia de mercado e se os subsídios dados aos produtores chineses afetar o comércio agrícola brasileiro com terceiros países a chancelaria brasileira poderá solicitar o não reconhecimento da China como economia de mercado, afetando toda a cadeia produtiva chinesa.

Pequim adota tais políticas com objetivo de garantir a suposta “segurança alimentar” e com excedente irão converter em exportações subsidiadas.

O Brasil efetivou com crédito rural em 2006 R\$60,6 bilhões e em 2007 R\$63 bilhões para a safra 2008 foram destinados R\$65 bilhões. Em relação à agricultura familiar, o governo injetará R\$ 1 bilhão em novos recursos, garantindo uma soma de R\$ 13 bilhões (CONAB, 2007).

Alguns itens do plano de safra são conhecidos porque, o Ministério da Agricultura não enfrentou a resistência do Ministério da Fazenda na definição dos recursos para safra. Nos últimos anos, quando a oferta de grãos excedia a demanda, os embates entre Fazenda, Agricultura e Desenvolvimento Agrário eram comuns. Mas esse cenário mudou diante do impasse provocado pela alta dos preços dos alimentos. Entre as medidas já definidas está a

ampliação da produção de excedentes exportáveis para reforçar o saldo comercial do País (MAPA,2006).

Com a liberação de mais recursos e a correção dos preços mínimos - que servem de base para as políticas de apoio à comercialização - o governo quer colher uma safra superior a 150 milhões de toneladas já em 2008.

Parte desse esforço caberá à agricultura familiar, responsável por dois terços da produção dos 150 produtos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O governo dará mais crédito e mais dinheiro aos pequenos agricultores, mas em contrapartida exigirá que eles aceitem avanços tecnológicos que serão oferecidos pela Embrapa (Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária). A meta é garantir nesse segmento um aumento de 18 milhões de toneladas de produção até 2010, principalmente em leite, milho, feijão, arroz, mandioca, trigo, aves, café, frutas, arroz e cebola.

China e Brasil têm a necessidade e precisam financiar a agricultura, seja a familiar ou voltado ao agronegócio. A China para ter condições de alimentar os seus 1,3 bilhões de habitantes e com isso tentar assegurar uma razoável segurança alimentar, condição fundamental para manter o crescimento econômico de 10% ao ano de forma sustentável e criar condições para que 500 milhões de chineses não se desloquem em massa para as cidades chinesas mais desenvolvidas.

O Brasil que possui terra e água suficiente necessita explorar o seu potencial agrícola, já que não temos as mesmas condições para se desenvolver como a China no setor industrial e por conseqüência inundar os mercados de dezenas de países com os seus produtos *made in china* de alto valor agregado. A participação do governo brasileiro como investidor do agricultor não se dá na forma de subsídios, como Europeus e Americanos acusam já que o valor repassado aos agricultores é muito ínfimo quando comparado aos subsídios praticados pelos governos americanos e da União Européia.

O incentivo do Brasil na agricultura familiar e o agronegócio, além de ser uma maneira de o país gerar divisas internacionais para aumentar as reservas cambiais é uma forma de conter e minimizar os graves problemas sociais que o país tem com a sua população.

Um breve relato da história brasileira mostrará e evidenciará que desde o ciclo da cana-de-açúcar no Brasil colonial, passando pelo ciclo do ouro na Monarquia e ciclo do café na monarquia e República os brasileiros, principalmente os pobres e Afro-descendentes formam os que mais contribuíram e os que menos usufruíram da riqueza gerada por esse três períodos citados.

Gastos públicos na agricultura brasileira e chinesa têm que serem vistos como investimentos sociais, ou seja, inverter a contabilidade, ao contabilizar como gastos alterar para investimento. Na China como a política é dominada por um partido único o PCC (Partido Comunista Chinês) que desde a revolução que levaram os comunistas ao poder, revolução essa que só foi possível pela adesão maciça dos camponeses a decisão de quando e quantos serão investidos na agricultura se torna mais fácil do que no caso brasileiro.

No Brasil além das verbas ou planos contingenciadas pelos últimos governos militares e democráticos a agricultura sempre sofreu e foi marginalizada no processo decisório em Brasília, somente após as crises econômicas da Ásia, passando pela crise Russa e Mexicana e que atingiu o seu pico com a grave crise Argentina é que o Brasil passou a configurar como a “fazenda do mundo”, projeto arquitetado por grandes instituições financeiras mundiais e os governos do G7 (Os sete países mais rico do mundo – Estados Unidos, Grã Bretanha, Japão, Alemanha, França, Itália, Canadá), ou seja, a economia brasileira passaria a ser complementar, passaríamos a ofertar no mercado mundial o que tínhamos de melhor que no caso é a nossa agricultura e com um pouco mais de pressão dos organismos internacionais as portas da economia brasileira iriam se abrir e o processo de desindustrialização iria se instalar, deixando para agricultura a única fonte de divisas do Brasil.

Brasília e Pequim estão provando que dá para conciliar crescimento econômico com uma indústria forte e competitiva mais adequada aos chineses e uma agricultura igualmente forte e competitiva mais adequada ao Brasil e que juntos são mais fortes.

2.2 - Estratégias para aumentar o potencial agrícola chinês

A China está explorando suas vantagens competitivas, que são a abundância de mão-de-obra, com custos relativamente competitivos em relação a outros países em desenvolvimento. A estratégia de Pequim está traduzida em suas políticas públicas, de fomentar o desenvolvimento de produtos agrícolas intensivos em mão-de-obra e de alto valor agregado, como o setor de fruticultura, vegetais e carnes com dedicação especial para aves e suínos.

Com uma população de 500 milhões vivendo na zona rural, Pequim está orientando o excedente de mão-de-obra que não estão sendo utilizados nas linhas de produção das indústrias localizadas principalmente no sul da China para desenvolver o setor agrário visto

que a renda no meio rural é inferior ao meio urbano (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2007).

A política agrícola chinesa está estruturada em cinco linhas estratégicas, que estão delineando o campo e preparando a segunda revolução econômica, a primeira foi na indústria exportadora localizada na região costeira que contém um grande gama de produtos que são brinquedos, calçados, têxteis, informática, peças, máquinas, químico, etc. Segue a lista das 5 estratégias: sustentação de preço e renda ao produtor, subsídios para uso de insumos, subsídios via crédito e capital para investimentos, infra-estrutura rural e serviços públicos e pesquisa e extensão rural

O planejamento estratégico agrícola é orientado pelo plano quinquenal.

Pequim orientou o quinquênio de 2006 a 2010 e estabelece os seguintes focos de política agrícola.

- “Garantir oferta de grãos e de outros produtos agrícola de forma efetiva.
- Aumentar a produção agrícola e o crescimento sustentável através de renda dos agricultores.
- Criar condições para que a comunidade rural se desenvolva de forma harmônica e prospere” (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA CHINÊS, 2007).

Investimento público no setor agrícola da China, principalmente nas regiões norte e nordeste têm como objetivo de garantir a herança rural, desenvolvimento social. A preocupação decorre do fato que o seu crescimento econômico tem se dado em bases desiguais, na medida em que a renda per capita na população urbana cresce mais e mais rápido que a renda no meio rural (em 2005, cerca de 43% da população já viviam em cidade). Diminuir essa disparidade, deslocando a renda do meio urbano para o rural é uma estratégia da gestão do governo de Hu Jintao e do primeiro ministro Wen Jiabao para a China. (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2007).

Outro pilar para justificar os investimentos agrícolas é o fator da segurança alimentar e mudança de hábitos dos Chineses. Com a urbanização crescente a dieta da população urbana na China está aproximando cada vez mais dos países desenvolvidos como Estados Unidos e Europa e semelhantes a países em desenvolvimento como Brasil, México, Argentina, Índia e África do Sul.

O padrão de consumo que estava baseado em cereais, frutas e vegetais, estão deslocando com forte vigor para uma dieta rica em proteínas (carne, pescados, ovos e leite) reflexo do vigoroso e longo crescimento da economia da China e que principalmente a

população urbana tem experimentado desde as primeiras ZEES (Zonas Econômicas Especiais) sob a liderança de Deng Xiaoping, a partir de 1978.

Agregar valor à produção agrícola, como forma de gerar renda e tornar o produtor Chinês competitivo têm sido outro desejo de Pequim. Busca-se agregar valor na produção agrícola, incrementando a produção de frutas e vegetais, mas, sobretudo, estimulando o desenvolvimento da indústria de processamento de alimentos.

A indústria de processamento de alimentos na China está sendo estruturada para atender a demanda interna e o excedente será para o mercado externo.

A estratégia chinesa para alavancar a indústria de processamento de alimentos traz impacto direto para os exportadores brasileiros que possui clientes em toda a Ásia e têm a China com o seu principal cliente. Segue o exemplo do óleo de soja.

Tabela 5 - Exportação brasileira para a China (Kg mil)

| Produto | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--------------|---------|---------|---------|---------|
| Óleo de soja | 882.866 | 365.531 | 234.621 | 433.754 |

Fonte: Ministério de Agricultura Chinês, 2007.

A variação aponta para uma perda de mercado para os exportadores brasileiros de 49,13% no período acima. O mais grave trata-se de um produto de alto valor agregado, que têm uma cadeia produtiva complexa no Brasil, geradora de empregos e renda aos agricultores e que detêm tecnologia. A partir do momento que se perde quase a metade de um mercado que consome um produto de valor agregado como o óleo de soja, decorrente de uma estratégia de Pequim o prejuízo é enorme e poderá ser maior ainda. A indústria Chinesa processadora de soja estará comprando soja em grãos e agregando valor para atender o mercado interno e exportando o excedente, com o isso Brasil perde empregos, investimento em toda cadeia e clientes em terceiros mercados. Segue a tabela onde aponta o crescimento da exportação da soja in natura do Brasil para a China, ou seja, o grão de soja, onde mostra claramente que a segurança alimentar e a vocação exportadora da China está evidenciada e a perda de competitividade dos agricultores brasileiros, tornando os meramente exportadores de grãos.

Tabela 6 - Exportação brasileira para a China (Kg mil)

| Produto | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--------------|-----------|-----------|------------|---------------|
| Soja em grão | 5.678.004 | 7.157.545 | 10.769.166 | 10.071.882,20 |

Fonte: Ministério de Agricultura Chinês, 2007.

O aumento da exportação direta de grãos de soja foi de 56,37% e denota claramente a perda de rentabilidade para os agricultores brasileiros e o incremento para a China no setor da indústria de esmagamento e processamento de oleaginosas com destaque para a soja.

A luz amarela também já acendeu para países como a Nova Zelândia e Austrália, ambos detêm grande parcela do mercado de leite em pó, à medida que o mercado interno Chinês é atendido pelos produtores Chineses o excedente de produção está sendo exportado para os seus vizinhos Asiáticos, principalmente para os membros da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), formado por Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnam, Laos e Myanmar.

A China superou a Rússia e o Paquistão como terceiro produtos de laticínios do mundo em 2006, e só ficou atrás da Índia e dos Estados Unidos, segundo dados a Associação de Laticínios da China.

A produção chinesa de laticínios cresceu 15% em 2005, alcançando os 32,9 milhões de toneladas. Tanto a produção industrial quanto a receita por vendas das principais empresas lácteas chinesas foram em 2006 sete vezes superiores aos dados de 1998, com U\$14,1 bilhões e U\$13,52 bilhões, respectivamente, segundo a associação (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA CHINÊS, 2007).

As estatísticas indicam que os principais produtores de lácteos, tanto os pequenos fazendeiros quanto o estado Chinês fature anualmente com as vendas de lácteos aproximadamente U\$650 milhões, e irão duplicar por nos próximos sete anos, segundo a própria Associação de Laticínios da China o consumo médio de produtos lácteos pelos chineses em 2006 foi de 25,6 quilogramas, 76,7 a mais que em 2000 (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA CHINÊS, 2007).

Associação de Laticínios da China afirma que 14 empresas têm capacidade de processamento diário de mais de mil toneladas, o que representa a produção de mais de 45% dos produtores de leite, o que prontamente é consumido pelos novos consumidores chineses. Para dinamizar ainda mais o setor o aumento no consumo de produtos lácteos nos últimos anos espalhou-se das grandes e médias cidades para as zonas rurais.

Com 130 milhões de ha utilizados com agricultura, 260 milhões de ha com pastagens, 250 milhões de propriedades rurais a China está direcionando as linhas de pesquisa no setor agropecuário para o aumento da produtividade, ou seja, produzir mais e com mais qualidade sem ampliar área para a agropecuária. Com as restrições impostas pelo clima, à escassez de água nas regiões norte e nordeste as chuvas de monções no sul, que devastam as plantações de arroz e provocam erosões com severas perdas de solo fértil somado às pequenas propriedades

rurais com baixa produtividade, estão fazendo os governantes chineses a repensar o modelo agropecuário do país. A China não poderá ou terá enormes dificuldades em investir em culturas como soja, algodão, milho, pois todas são culturas de necessitam de muita terra e água e solo que propicie a mecanização, então a guinada chinesa irá para os produtos intensivos em mão-de-obra e seus benefícios já mencionados em parágrafos anteriores.

O desejo por aumento da produtividade por meio do uso mais intenso em fertilizantes e mecanização agrícola foi à opção utilizada e disponível pelo governo da China e pelos agricultores. A área plantada de grãos com cultura irrigada tenha se mantido estabilizada de 1991 a 2005, consumo de fertilizantes (nitrogenados, fósforo e potássio), eletricidade e máquinas para agricultura cresceu de forma robusta no mesmo período, o que denota um esforço de Pequim em tornar os seus produtores agropecuários mais eficientes e mais produtivos.

Para dinamizar a agricultura na China a Assembléia Nacional Popular aprovou em 16 de março de 2007 uma polêmica lei destinada a proteger o direito à propriedade privada, talvez esse seja o empurrão para o crescimento da agricultura chinesa precisa pois é um gargalo que impede estruturação para o mercado do setor agrário.

Foram necessários 13 anos de discussões e mais de 60 mudanças no conteúdo original para se obter a primeira lei que reconhece a propriedade privada na China desde que Mao Tse-Tung chegou ao poder em 1949. Um dos 274 artigos da nova lei que entrou em vigor em 1º de outubro de 2007 diz “Todo tipo de propriedade, desde a estatal, a coletiva, individual ou de outro tipo, está protegida pela lei e ninguém pode atentar contra ela”.

No entanto, em uma concessão às correntes mais conservadoras e ortodoxas do PCC (Partido Comunista Chinês) temem uma derrota para a economia de mercado a nova lei de propriedade privada de inicio a renúncia aos mais arraigados conceitos socialistas, o texto da nova lei destaca que a propriedade estatal continua sendo “dominante” e descarta a privatização das terras nas áreas rurais.

Alguns especialistas acreditam que a lei representará poucas mudanças para as áreas rurais, onde a propriedade continua sendo cedida pelo Estado para usufruto coletivo dos agricultores por um período de até 70 anos.

As numerosas expropriações de terra nas áreas rurais, realizadas nos últimos anos por políticos locais corrupto, provocaram uma onda de protestos que ameaçam a estabilidade social.

A nova legislação apenas ratifica o que já era lei até agora no campo: o Estado pode recuperar a posse da terra por meio de expropriações, embora sempre que seja para o bem da comunidade.

Segundo a nova lei o Estado dará proteção especial para as terras de cultivo de utilizam mão-de-obra intensiva e grande valor comercial para o consumo interno e mercado externo, restringindo estritamente a transformação da terra para agricultura em terra para a construção e mantendo sob controle a quantidade total usada para a construção.

Na China 95% da propriedade rurais está entre 0,2 e 1 hectare, essa consolidação não resulta em ganho de eficiência, mas certamente contribui para abrandar o problema de elevada dependência pela agricultura de subsistência.

2.3 - Estratégias do Brasil para alavancar o potencial comercial agrícola com a China e demais parceiros

A economia brasileira tem um papel complementar para a economia chinesa ao fornecer alimentos, minérios e matérias-primas industriais. Particularmente o complexo soja responde sozinho por 27,12% das exportações, seguidos pelos minérios de ferro, com 26,13% e óleos brutos de petróleo, com 7,93%.

Um estudo divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), considera a China como o mercado prioritário para as exportações do setor agrícola do Brasil.

Estudo foi realizado com base em variáveis como população, PIB e índice de Desenvolvimento Humano e barreiras sanitárias, e mostra que depois da China os mercados prioritários do Brasil são a União Européia, Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul e Rússia.

O documento, feito pelas três divisões da Secretaria de Relações Internacionais (Assuntos Comerciais, Promoção Internacional e Assuntos Sanitários) junto dos 20 principais compradores de produtos agrícolas do mundo, concluiu que oito deles não estarão entre os destinos das exportações da agroindústria do Brasil e que, em outros 13 países, a presença do Brasil é inferior a 4,3%.

O MAPA pretende definir prioridades e estimular uma nova política de promoção internacional dos produtos agrícolas brasileiros. O estudo contribui para que o Ministério da Agricultura tenha uma política baseada em critérios, não apenas em reação às

oportunidades, para que o setor privado se oriente e obtenha um crescimento sustentável e através das exportações agropecuária facilite para que abra as portas dos mercados consumidores de grãos, carne, açúcar, álcool do Brasil para os demais exportadores como caso da indústria também tenha a presença nesses importantes mercados e com um todo a economia do Brasil se favoreça, a sinergia agricultura e indústria impactará diretamente no frete internacional, no financiamento e principalmente na prospecção de clientes em mercados que ainda resistem a marca Brasil.

Os governos do Brasil e China estão estreitando relações no campo diplomático para alavancar o comércio entre as duas nações, com interesse para ambos para o setor agrícola. As duas nações criaram comissões para elaborar planos para cooperação e aumento do comércio bilateral.

As duas partes coincidiram no interesse de fomentar o comércio bilateral de produtos agrícolas e na importância de eliminar as barreiras sanitárias e fitossanitárias injustificadas no setor, ao amparo das normas da Organização Mundial do Comércio e dos padrões internacionais vigentes reconhecidos por ambas as partes.

A parte chinesa indicou interesse em operações diretas de comércio de soja e sugeriu cooperação para a identificação de oportunidades nessa área.

As duas partes salientaram a importância da agricultura para as economias de ambos os países, lembrando sua contribuição ao crescimento econômico e empregos. Os dois lados enfatizaram seu desejo de estimular a cooperação científica e tecnológica em agricultura, impulsionar, em benefício mútuo e segundo os termos já acordados, os programas de intercâmbio de recursos genéticos, bem como trocar missões de estudo no setor agrícola.

Nesse contexto, concordaram em promover a cooperação entre os dois países na área da tecnologia agro-biológica e da biossegurança das plantas e animais transgênicos.

As duas partes decidiram intensificar a coordenação bilateral para impulsionar as negociações agrícolas da Rodada de Doha da OMC, de forma a eliminar as flagrantes distorções do comércio agrícola mundial, reiterando que medidas de tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento são parte integral de todos os aspectos da negociação.

Manifestaram interesse em ampliar a coordenação em outros foros internacionais de agricultura, identificando como interesse comum a promoção do amplo reconhecimento internacional do princípio da regionalização no âmbito da Organização Internacional de Epizootias.

O Brasil informou que deseja explorar com a parte chinesa a realização de seminário sobre oportunidades de investimento no agronegócio brasileiro, dirigido à órgãos governamentais, entidades setoriais, associações e empresas privadas e companhias de comércio internacional da China.

A estratégia do governo brasileiro, juntamente com as entidades de classe dos produtores rurais e empresas exportadoras de produtos agropecuários em incrementar a balança comercial do Brasil através da produção e exportação de produtos agropecuários intenso em terra e água no competitivo comércio agrícola mundial estará concomitantemente confrontando com a estratégia Chinesa em intensificar a produção em frutas, vegetais, carnes de suína e aves e esses produtos necessitam de elevado número de mão-de-obra, que para a China não é problema visto que há 500 milhões de chineses vivendo no campo.

A primeira estratégia está relacionada ao efeito nos custos causados pelos insumos. O comércio internacional Chinês inflacionou no aumento dos fretes internacionais, mas o item que chama mais atenção é a conjuntura para o setor agrícola. A China é maior consumidor mundial de fertilizantes e é o país que apresenta a mais robusta taxa de crescimento de consumo nos últimos anos. De 2000 a 2005, o consumo chinês de fertilizantes cresceu cerca de 6 milhões de toneladas, volume equivalente a 70% do consumo total do Brasil. De fato, o crescimento médio anual do PIB (Produto Interno Bruto), na ordem de 10% nos últimos 25 anos impressiona por si só e provocou um evidente desequilíbrio no mercado mundial de fertilizante o que impacta diretamente não só na balança comercial brasileira já que o país precisa importar a maioria dos fertilizantes consumidos na agricultura, mas também para os produtores que precisam repassar o custo para o preço final dos produtos agropecuários o que reduz a competitividade externa (CHINA STATISTICAL YEAERBOOK, 2007).

A preocupação do governo brasileiro com o aumento dos preços dos alimentos no mercado interno que está empurrando a inflação acima da meta de 6% ao ano estipulada pelo governo ajudará os agricultores a reduzir o custo com fertilizantes. O governo poderá dependendo do comportamento dos preços e da inflação reestatizar parte do setor de fertilizantes no país.

Sabe que apenas 40 países produzem fósforo, e outros 12, o potássio, os dois elementos que, junto com os nitrogenados, são os principais componentes do adubo. Acredita que no caso do potássio, por exemplo, pode haver problemas maiores no futuro, até de desabastecimento.

O complexo fertilizante é um item estratégico para o Brasil, já que o país é altamente dependente da importação. No caso do fósforo o Brasil tem minas para tornarem-se auto-

suficientes no prazo de 5 a 10 anos, em nitrogenados também há as mesmas condições, e no caso do potássio há uma grande mina que precisa de uma análise mais técnica e ambiental, porque ela fica situada no Amazonas.

O Brasil importa, atualmente, cerca de 70% dos fertilizantes que utiliza. Além disso, mais de 75% do mercado nacional de fertilizantes é controlado por apenas três empresas, o que é apontado pelos técnicos do MAPA (Ministério Agricultura Pecuária e Abastecimento) como um oligopólio que prejudica os produtores nacionais. Uma melhor distribuição da produção e maiores investimentos na prospecção e produção desses minerais fará com que o Brasil ganhe maior competitividade no agronegócio internacional.

Mexer nessa estrutura não é fácil, mas, de qualquer forma, o Brasil possui estudos de como melhorar a competitividade e a capacidade de produção e de distribuição, e evitar essa volatilidade de preço que existe, ou até esse controle sobre os preços.

Peça chave no processo de “estatização” na indústria de fertilizantes que poderá conter a escalada dos preços e dependência externa a Petrobrás é a aposta do governo. Atualmente, a estatal brasileira atua na extração de gás natural, matéria-prima dos fertilizantes simples nitrogenados.

No plano doméstico o Brasil está assegurando condições necessárias para aumentar a produção de alimentos tanto para conter o aumento da inflação dos alimentos no mercado interno e condições para os agroexportadores aumentarem a oferta de alimentos e aproveitar o aumento dos preços das commodities agrícolas no comércio agrícola mundial.

O novo plano de safra do governo federal contará com R\$ 78 bilhões que serão distribuídos entre os grandes produtores e o segmento da agricultura familiar, responsável pela produção dos principais produtos que pesam nos índices de inflação.

Um total de R\$ 65 bilhões serão repassados a médios e grandes produtores. Trata-se de um incremento de R\$ 7 bilhões em relação aos R\$ 58 bilhões que financiaram a safra atual de 2007/2008 (MAPA,2007).

Na safra 2007/2008 constatou-se o crescimento da área plantada com milho, soja e trigo. Com destaque para a soja com crescimento de 2,6% ou 532,3 mil hectares, e o milho 2º safra ou 420,8 mil hectares (MAPA,2007).

Depois da soja a aposta dos agricultores e exportadores de grãos do Brasil será o milho, devido a uma conjuntura internacional que elevou o preço no mercado mundial. Os três maiores produtores mundiais são em ordem crescente os Estados Unidos, China e Brasil.

Os Estados Unidos estão utilizando parte da produção de milho para a transformação de etanol, devido às pressões internacionais para redução da emissão de gases que afetam a

camada de ozônio e aumentam a temperatura no planeta. Mas este modelo vem sofrendo seguidas críticas pela comunidade internacional, pois, além de ser altamente subsidiado, também causa distorções nos preços dos alimentos.

A China mesmo sendo o segundo maior produtor mundial de milho, sua produção não é suficiente para a demanda atual e será menor ainda conforme a progressão da estratégia chinesa em intensificar a produção de carne de suínos e aves para atender o mercado interno e exportar o excedente (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2007).

O Brasil ao contrário dos Estados Unidos obtém o etanol através da cana-de-açúcar e ao contrário da China possui terras e água, condições necessárias para aumentar a produção de milho já que somos auto suficiente em milho, o que o Brasil produz atende a demanda interna e o excedente é exportado.

A safra de milho 2007/2008 do Brasil apresenta crescimento de área contínua, a produção recorde de 57,87 milhões de toneladas representa um ganho de 32% ou 6,5 milhões de toneladas sobre a safra anterior. A área plantada foi de 14,60 milhões de hectares. A produtividade do milho somando a primeira e segunda safra em relação à safra 2006/2007 foi de 32% (MAPA,2007).

Portanto, as estratégias de todos os setores nacionais para aumentar a produção, e com isso aumentar as exportações para atender o mercado mundial de alimentos estão sendo efetivadas. Aproveitar a demanda crescente por alimentos de países como China e Índia que possuem altas taxas de crescimento, aproveitar o deslocamento de área plantada nos Estados Unidos para a produção de Etanol são desafios e oportunidade que farão do Brasil a “grande fazenda do mundo”.

CAPÍTULO III - CENÁRIO INTERNACIONAL E OS IMPACTOS NO COMÉRCIO DE BRASIL E CHINA

3.1 – A crise americana e os impactos para Brasil e China

O agronegócio brasileiro possui condições favoráveis para crescimento contínuo e vigoroso nos próximos anos. Aumentos da população e renda elevarão a demanda por alimentos. China e Índia terão dificuldade de atender as demandas domésticas, por não possuírem terras para novas áreas de agricultura, ou seja, tudo que se tem está comprometido com agricultura ou em reservas ambientais.

Em contrapartida a disponibilidade de recursos no Brasil é um fator de competitividade que deve ser explorado para alavancar o agronegócio em regiões interioranas do país, dinamizando a economia nessas regiões, aumentando as exportações de alimentos, aumentando a participação da agricultura no PIB e contribuindo de forma significativa para aumento nas reservas no país.

Mas é um segmento complexo e se não for gerido de forma responsável, com políticas de Estado de longo prazo, o Brasil poder-se-á repetir os mesmos erros do passado, como no ciclo da cana-de-açúcar, da borracha, do café, podendo acarretar em graves crises sociais e financeiras em particular na balança de pagamentos e nas reservas cambiais que o Brasil têm disponível.

Entre 2000 e 2006, as exportações do setor do agronegócio se multiplicaram ao passar de U\$\$ 20,59 bilhões para U\$\$ 49,42 bilhões. É evidente a participação do agronegócio na geração do saldo comercial brasileiro. Em 2006 o saldo do agronegócio atingiu cifras de U\$\$ 42,73 bilhões enquanto o saldo dos demais setores exportadores foi de apenas U\$\$ 3,4 bilhões no acumulado de janeiro a dezembro de 2006, segundo estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (IPEA, 2007).

Infelizmente, só as políticas internas não serão suficientes para assegurar bons rendimentos no agronegócio. A agricultura brasileira somente ganhou competitividade e status de Agronegócio com sua abertura no início da década de 1990, já no século XX. Com a economia brasileira mais liberal, o país tornou-se membro da OMC abrindo as portas para a globalização, onde foi possível a prospecção de mercados que antes era fechados aos produtos nacionais e que tornou mais atraentes os produtos agrícolas brasileiros nos novos mercados de países membros da OMC.

O status de economia aberta também confere mais responsabilidade quanto às políticas comerciais, atraindo cada vez mais concorrentes para o setor do agronegócio, exigindo de todos os envolvidos na agropecuária mais enfoque aos acontecimentos internacionais com especial atenção a rodada de Doha, o lançamento Rodada Multilateral de Negociações Internacionais, no âmbito da OMC, que define regras claras e mais justas para todos os membros, no tange principalmente aos subsídios agrícolas e abertura de mercado.

O governo brasileiro está estruturado para atender os interesses dos produtores nacionais na OMC através do ministério das relações exteriores. A participação do ministério das relações exteriores, nas atividades do Brasil junto ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC no período de 1995 até setembro de 2001, revela que o Brasil está envolvido em 21 casos, sendo quatorze como reclamantes e sete como reclamados. Um caso, nesse contexto, é entendido não apenas como o estabelecimento de um painel, ou seja, uma investigação sobre práticas ilegais de comércio, mas também as consultas realizadas sob o mecanismo, que podem, ou não, resultar em um painel, ou podem levar as partes a uma solução negociada sem chegar a um litígio e o recrudescimento nas relações comerciais entre um membro e outro.

O Brasil como reclamante, apresentou 10 casos contra PDs conjunto de países desenvolvido e 4 contra PEDs conjunto de países em desenvolvimento. Como reclamado, foram 5 casos dos PDs e 2 dos PEDs. Do total dos 21 casos, 13 envolveram regras de defesa comercial como anti-dumping, anti-subsídios e salvaguardas sobre produtos industriais e agrícolas, e 4 envolveram questões agrícolas (OMC, 2007) .

O total de casos encerrados chega a 13. Destes, o Brasil conseguiu resultados positivos em onze, ou seja, foi bem sucedido em 85% dos casos encerrados, o que possibilita ao Brasil utilizar da forma que lhe convier a vitória obtida no painel da OMC e retaliar ou solicitar tratamento igual ao outro produto ou ao setor se achar necessário ao país “perdedor”. Em dois deles ou 15% os resultados não podem ser considerados negativos, uma vez que cada caso envolve uma série de questões, o que permite ganhos parciais, sendo assim avaliados como parcialmente positivos (GOYOS, 2007).

Um desses casos, o do contencioso do Canadá contra o Brasil, sobre aviões, da fabricante EMBRAER acabou se desdobrando em três painéis. No primeiro, o Brasil foi levado a alterar sua legislação sobre o Proex, (Programa de Exportação) que na sua nova versão, foi considerada compatível com as regras da OMC. Nesse caso, o país defendeu a tese de que as regras de financiamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil não é membro, não poderiam servir de base para os painéis da OMC (GOYOS, 2007).

A questão levantada pelo Brasil foi apoiada por vários países em desenvolvimento, e hoje é, por iniciativa do Brasil, tema de negociação no Comitê de Subsídios e do Comitê de Agricultura, além de constar da agenda da nova Rodada. No caso do Brasil contra o Canadá, foram colocados em questão vários programas de financiamento para exportações canadenses, e no novo caso do Brasil contra o Canadá, algumas operações desses programas foram consideradas incompatíveis com as regras da OMC, o que fez empatar o jogo entre Brasil e Canadá, abrindo-se assim a possibilidade para uma solução negociada (GOYOS, 2007).

Na disputa entre o Brasil e Canadá para o setor de aviação regional que é disputado pela empresa brasileira Embraer e pela fabricante canadense Bombardier, o governo do Canadá se utilizou de uma arma não letal, mas que prejudicaria muito os exportadores de carnes do Brasil e por conseqüência a balança comercial, retaliou as exportações de carnes alegando problemas sanitários e com isso pressionando o governo brasileiro a desistir da ação no painel da OMC e como o Canadá é membro do Tratado de Livre Comércio entre México, Estados Unidos e Canadá (NAFTA), os outros membros poderiam retaliar a exportações de carne brasileira. Um problema no setor industrial fez com que o agronegócio fosse atingido de forma indireta.

O segundo caso ocorreu entre Brasil e a Comunidade Européia (CE) sobre quotas de frangos, se de um lado o Brasil não conseguiu garantir para si próprio as quotas negociadas, como compensação por subsídios europeus a oleaginosas, de outro, obrigou a CE a modificar todo o seu sistema de administração de quotas, tornando-o mais transparente, o que representou um resultado positivo para o País.

Como árbitros da OMC apenas representantes do governo foram convidados a integrar os painéis da OMC. Sendo que esse cargo já foi ocupado por brasileiros em dez casos: nove diplomatas e uma coordenadora da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

A capacidade dos diplomatas brasileiros é reconhecida por todos os membros da OMC, visto que vários deles já foram convidados para compor mais de um painel desta Organização. Isto faz com o Brasil seja representado sem prejuízo de seus interesses.

Para explicar os bons resultados da balança comercial brasileira com a chinesa, os quais são impactados diretamente pela exportação de produtos agrícolas e de minério, se faz necessário observar a forma como a economia chinesa está estruturada.

Assim entre os anos de 1980 e 2000 a economia da Ásia atinge taxas superiores ao restante do mundo. Momento em que os “Tigres Asiáticos” debutavam à condição de nações industrializadas e a economia chinesa crescia à taxas médias superiores a 10% ao ano, sendo

que, especificamente na década de 1990 a 2000, a China cresceu a taxas de 10,3% enquanto que os Estados Unidos cresceu 3,3% (The Economist, 2007).

Neste começo de século XXI, a China voltou a despertar o interesse dos ocidentais. Considerando que, com relação ao comércio, a China supera o Japão, posicionando como maior parceira exportadora para os Estados Unidos.

Com base nos dados de 2004, o superávit chinês girava em torno de U\$\$ 150 bilhões de dólares. Em contrapartida a China havia se tornado o maior comprador de Títulos do Tesouro dos Estados Unidos, totalizando no primeiro semestre de 2005 US\$ 711 bilhões (The Economist, 2007).

A revista The Economist relata que o papel da China na economia internacional tem contribuindo para a queda da inflação mundial e para a rolagem barata dos déficits orçamentários dos Estados Unidos. E ainda, paradoxalmente, para o incremento da taxas de lucros das principais empresas globais que lá se instalaram com o objetivo de utilizar a China como plataforma de exportação para o mundo.

Essas empresas, além do apoio platafórmico, se aproveitaram da mão-de-obra barata e câmbio controlado artificialmente pelo governo central - o que torna os produtos *made in* China mais competitivos que os seus similares fabricados em outros países.

Pela disputa de investimento externo direto pelos países em desenvolvimento, a predominância da China como principal país receptor desse investimento é evidente, o que a torna a maior receptora de capitais entre os países em desenvolvimento.

Nos últimos anos, os preços das *commodities* têm disparado. Alta resultante da pressão exercida pela demanda chinesa no mercado internacional. Mas com agravamento da crise americana esse cenário deve mudar, pois, afetará todo o comércio internacional.

A atual crise na economia americana afetará as exportações brasileiras para a China, em decorrência da ligação entre a economia chinesa e a economia americana. Resta-nos saber, como a crise originada no setor imobiliário americano afetará as exportações chinesas e por conseqüências as exportações do agronegócio brasileiro com a China e os Estados Unidos. Vamos entender a crise americana

A crise no mercado hipotecário dos Estados Unidos é decorrente da crise imobiliária que o país enfrenta. Esta crise, por sua vez, originou uma crise ainda mais ampla no mercado de crédito em geral. O principal segmento afetado foi o de hipotecas chamadas de "*subprime*", as quais embutem um risco maior de inadimplência.

O mercado imobiliário americano passou por uma fase de expansão acelerada logo após a crise no ano de 2001 das empresas "Pontocom", (Empresas de tecnologia que anunciaram ganhos acima da média não comprovados).

Os juros do Federal Reserve (Fed) – o Banco Central americano – sofreram quedas consecutivas numa tentativa de recuperação da economia. O setor imobiliário se aproveitou desse momento de juros baixos e a demanda por imóveis cresceu em razão das taxas baixas de juros nos financiamentos imobiliários e nas hipotecas.

As empresas financeiras especializadas no mercado imobiliário, aproveitando-se do bom momento do mercado, passaram a atender o segmento "subprime". O cliente "subprime" é um cliente de renda muito baixa, por vezes, com histórico de inadimplência e com dificuldade de comprovar renda. Diante dessas características, o empréstimo tem baixa qualidade, ou seja, grande risco de não ser quitado, conseqüentemente, apresenta taxa de retorno mais alta a fim de compensar tal risco (The Economist, 2007).

Em busca de rendimentos maiores, gestores de fundos e bancos compraram os títulos "subprime" das instituições que fizeram o primeiro empréstimo, em seguida, permitiram que uma nova quantia em dinheiro fosse emprestada antes do pagamento do primeiro empréstimo. Visando lucros cada vez maiores, um segundo gestor poderia comprar o mesmo título adquirido pelo primeiro, e assim por diante, culminando numa cadeia de vendas de títulos (The Economist, 2007).

O problema é que se o cliente subprime – tomador inicial – não consegue pagar sua dívida, tem-se o início de um ciclo de não-recebimentos por parte dos compradores dos títulos, ou seja, esse não pagamento inicial passa a gerar desconfiança no mercado em emprestar e comprar os títulos "subprime" resultando numa retração de crédito, ou seja, numa crise de liquidez (The Economist, 2007).

Após atingir um pico em 2006, os preços dos imóveis caíram drasticamente. Os juros do Fed, em crescente alta desde 2004, encareceram o crédito e afastaram compradores; com isso, a oferta começou a superar a demanda, e o valor dos imóveis despencaram.

Com os juros altos, o que se temia aconteceu: a inadimplência aumentou e o temor de novos calotes fez o crédito sofrer uma desaceleração expressiva no país inteiro. Dessa forma, os Estados Unidos, com menos liquidez, ou seja, com menos dinheiro disponível, menor poder de compra, menos empresas lucrando e menos pessoas sendo contratadas, teve sua economia – a maior do planeta – desaquecida.

No mundo da globalização financeira, créditos gerados nos EUA podem ser convertidos em ativos que renderão juros para investidores na Europa e outras partes do mundo, inclusive na China, e, portanto, o pessimismo influencia os mercados globais.

Bancos como Citigroup, UBS e Bear Stearns tiveram prejuízos bilionários decorrentes da crise imobiliária. Nota-se que não são simples bancos de varejo mas, bancos de investimento global que financiam operações na Ásia, em especial, a produção e exportação chinesa (The Economist, 2007).

Temendo que o os Estados Unidos entrasse em recessão, o governo injetou um pacote de US\$ 168 bilhões de estímulo, que incluiu o envio de cheques de restituição de impostos a milhões de norte-americanos (The Economist, 2007).

Seis dos principais bancos centrais do mundo (Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Alemanha e Japão) tomaram a iniciativa de se juntar para oferecer liquidez ao sistema financeiro e evitar que os mercados de crédito ficassem paralisados.

Considerando a análise da crise americana descrita acima acreditamos ser extremamente importante que todos os envolvidos na cadeia do agronegócio brasileiro - investidores, produtores e/ou exportadores – façam um minucioso estudo do cenário internacional afim de traçar metas para novos contratos, preços, área plantada, etc. E ainda, se faz necessário, a elaboração de um plano de prospecção de mercados que possam receber o excedente de produção, caso China e os Estados Unidos permaneçam em crise.

3.2 – O ingresso da China na OMC e os reflexos para o Brasil

Após quinze anos de infundáveis negociações, a China, em 11 de dezembro de 2001, aderiu à OMC , se tornando o 143º membro

Para essa adesão os chineses fizeram grandes concessões aos seus parceiros comerciais, o que caracterizou um evento de grandes proporções no comércio multilateral.

O ingresso da China na OMC constitui enorme relevância considerando a sua numerosa população - 1,3 bilhões de habitantes - sua poderosa e pujante economia que cresce em média cerca de 10% ao ano (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2007).

Sob a perspectiva de formulação da política externa da China, a entrada na OMC não era só fundamental para o comércio, mas estratégica, uma vez que, Pequim, com seus

interesses internacionais não poderia ficar à margem da principal organização multilateral de natureza econômica.

A marginalidade impedia, por um lado, a China de reagir e participar da formação da ordem econômica internacional e, por outro, colocava a nação em uma condição de fragilidade e vulnerabilidade no campo do comércio e das trocas internacionais.

À margem, a China podia ser e com frequência era, vítima de seus algozes que dispensava a ela tratamentos arbitrários e discriminatórios. Como ainda não gozava da condição de membro da OMC, não lhe cabia recurso e sua defesa não era suficientemente eficaz para que seus interesses fossem respeitados.

Esse fato prejudicava a política de comércio exterior de Pequim e suas empresas que possuíam, claramente definido, o objetivo de distribuir os *made in China* (produtos fabricados na China) em todos os cantos do mundo.

A natureza legal e econômica e a forma como está estruturado o direito chinês foram os primeiros a sofrerem alterações. Devido a fortes pressões dos parceiros comerciais, a China foi forçada a fazer uma série de modificações na ordem jurídica interna do país, que se aplicou apenas as regiões que não pertenciam as Zonas Econômicas Especiais (ZEE).

A China tem cinco áreas econômicas especiais as chamadas ZEE's; quatorze cidades litorâneas abertas; seis cidades abertas no Rio Amarelo; 21 capitais provinciais; e 13 cidades fronteiriças, todas com regime legal especial. (GOYOS, 2007)

A adesão da China ao socialismo marxista-leninista em 1949 foi marcada por um desfile do Exército Popular de Libertação, dirigido por Mao Zedong. Fato que significou a adesão de um quinto da humanidade ao socialismo marxista-leninista (GOYOS, 2007).

A revolução trouxe um novo alento ao povo chinês. A China aceitou as condições dos parceiros comerciais, chegando ao ponto de ter sua soberania nacional ameaçada em pró de uma maior abertura do mercado europeu e americano.

No entanto, essa postura camuflava um propósito maior: deixar de ganhar agora para poder abocanhar muito mais a médio e longo prazo. Foi com esse objetivo que Pequim abriu mão de sua soberania e criou um regime especial beneficiando a todos os envolvidos no "Grande Negócio China".

O regime especial trata-se de um ambicioso e audacioso projeto de ser a maior economia do mundo, sem abrir mão do Socialismo, alternado para Socialismo de mercado.

No entanto, a essência do regime continua ser a república popular da china, com todos os ingredientes que uma nação socialista tem direito, tais como: partido único, liderança

única, controle estatal em tudo – o que facilita a gestão do objetivo, pois não existem adversários e opositores ao regime especial tributário.

Com a China na OMC, os países em desenvolvimento poderão vislumbrar um sistema multilateral de comércio mais justo, contando com um parceiro “de peso” nas rodadas de negociações, especialmente quando se tratar de oposição aos Estados Unidos e a Europa.

A presença da China na OMC implica na aceitação de todos os termos do Tratado de Marraqueche, os quais referem-se a: áreas de investimento, propriedade intelectual, têxteis, agricultura, regras de origem, normas sanitárias e fito-sanitária, subsídios, valoração alfandegária e resolução de disputas (GOYOS, 2007).

Particularmente, no que tange à economia do Brasil, a China como 143º membro da OMC, constitui-se, por um lado, em oportunidade para os exportadores de *commodities* agrícolas e de mineral e, por outro, constitui-se em ameaça para os industriais que não conseguem competir com os baixos custos de produção que a China alcança. No entanto, isso poderá, talvez, forçar o Brasil a modernizar as linhas de produção das fábricas.

Como há campos ainda em definição, tudo dependerá de que lado a economia brasileira estará, que segmento da economia será privilegiado, que segmento será protegido. Em resumo, para o agronegócio, a China representa uma oportunidade, já para o setor industrial, uma ameaça.

Em 2003, a China tornou-se o terceiro maior mercado para o Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina. Em 2002 a China era o maior mercado importador do Brasil na Ásia, alterando a histórica relação Brasil - Japão no comércio bilateral. As exportações brasileiras à China passaram de US\$ 1,1 bilhão em 2000 para US\$1,9 bilhão em 2001; em 2002 - primeiro ano da China como integrante da OMC - o fluxo de comércio bilateral foi de US\$ 2,5 bilhões e saltou para US\$ 4,5 bilhões em 2003 (GOYOS, 2007).

O comércio bilateral entre Pequim e Brasília poderá ser aumentado em condições favoráveis ao Brasil. Esse incremento, segundo a diplomacia chinesa, depende exclusivamente do Brasil.

Na visita que o Presidente chinês Hu Jintao fez em 2004 à América Latina e ao Caribe, foi travada uma batalha diplomática para que os parceiros Latinos Americanos e do Caribe reconhecessem a China como uma economia de mercado.

Essa batalha continha também o interesse da diplomacia chinesa em tornar a região como uma fonte confiável de matéria-prima – minério de ferro, petróleo, alimentos, etc – para sustentar o alto crescimento econômico chinês.

Outro ponto da batalha era estabelecer forte presença chinesa na região e, futuramente, desbancar a hegemonia americana na América Latina e Caribe, aproveitando-se para isso, do fato da Casa Branca ter ignorado a América Latina em sua política de Estado durante os dois mandatos de George W. Bush, o qual teve como foco principal a política externa para o Oriente Médio e a luta contra o terrorismo internacional (GOYOS, 2007).

Com isso a China irá forçar os países a não reconhecer Taiwan como nação independente. A missão inclui isolar Taiwan e enfraquece-la internacionalmente. Os objetivos diplomáticos que Pequim almeja na América Latina negados por seus diplomatas, irrita profundamente os americanos, mas, agrada a muitos governos da região.

Nos quatro primeiros anos da China na OMC, a relação comercial com o Brasil, no que tange as exportações brasileiras para aquele país, encontram-se desafios importantes a serem vencidos.

A pauta de exportação brasileira está concentrada em produtos primários, sobretudo, soja em grão e minério de ferro. O Governo do Brasil vem pressionando o Governo da China para finalizar o quanto antes, o processo que habilita as exportações brasileiras de carne bovina “in natura” e de cítricos para o mercado chinês no contexto de rodadas de negociações sanitárias e fito sanitárias entre os dois países (GOYOS, 2007).

Esse tipo de “pressão” só foi possível após a entrada da China na OMC, antes todo tipo de negociação comercial para inclusão de qualquer item importado por Pequim, teria que ser resolvido em reuniões diplomáticas.

Em 2001, especialistas em comércio internacional calculavam que após a adesão da China na OMC, o setor agrícola caracteriza o setor que mais obteve vantagens, o que se traduziu em enormes benefícios para as empresas produtoras e exportadoras brasileiras de *commodities* agrícolas (GOYOS, 2007).

Estimou-se que as aquisições chinesas, das principais mercadorias agrícolas, aumentariam em US\$ 1,5 bilhões por ano até 2005. (GOYOS, 2007) Esse aumento nas compras só foi possível pelas reduções tarifárias no setor agrícola que a China teve que conceder a seus parceiros para garantir seu ingresso na OMC.

A atitude de reduzir as tarifas, que a China aprovou para viabilizar sua entrada na OMC, pode ser comparada às que um país tem de conceder quando é perdedor de guerra, acatando, sem discutir, às condições impostas pelo vencedor.

No caso da China na OMC, a guerra está apenas começando, e a China está muito longe de ser a derrotada, considerando que possui uma forte estratégia de estado de

longínquas conquistas no árduo campo de batalha do comércio mundial. Essa estratégia pode incluir concessões que têm por objetivo implícito dinamizar sua economia.

A redução tarifária chinesa no setor agrícola tinha o teto de 85%: óleo de soja caiu para 9%; soja a granel caiu para 3% e para ração de soja caiu a 5%, os produtos oriundos de proteína animal a redução tarifária foi de 20% para 10% para os granjeiros. Para os produtos bovinos as reduções tarifárias foram de 45% para 15% e de suco de laranja, com reduções de 35% para 15% (GOYOS, 2007).

Os dados acima apontam para uma importante constatação: que Pequim têm intenções de alterar a dieta dos chineses ao introduzir mais proteína animal. Sendo possível vislumbrar nas reduções tarifárias um discreto aceno de como estará se comportando o consumo dos chineses, que, possivelmente, no futuro, poderá se aproximar do padrão ocidental.

Para entrada da China na OMC, Pequim aderiu ao Acordo Antidumping, ao Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC e ao Acordo Salvaguardas.

O tema Antidumping é abordado com grande cautela por Pequim, pois o país tem sido frequentemente a maior vítima do sistema. Visto que a China passou a fazer parte da OMC somente no ano de 2001, nos anos anteriores teve que se submeter às arbitrariedades das aduanas dos principais parceiros comerciais – incluindo o Brasil – os quais argumentavam, sistematicamente, que a China não praticava uma economia de mercado, isso de acordo com os padrões ocidentais e democráticos; já que essa mesma prática, para os padrões orientais, chineses e socialistas se configurava em legítima prática de economia de mercado (OMC, 2007).

A China aderiu ao Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fito-Sanitárias da Rodada Uruguai e assumiu o compromisso de adotar tais medidas somente naquilo em que fossem necessários para proteger a vida e a saúde de seres humanos, animais e plantas. Pequim assegurou que, suas leis e regulamentos de regência sobre medidas sanitárias e fito-sanitárias seriam coerentes com os dispositivos da ordem jurídica multilateral da OMC (OMC, 2007).

O compromisso assumido pela China é de grande relevância para os países exportadores de produtos agrícolas como o Brasil, e para os integrantes do chamado Grupo Cairns (Grupo de países que são grandes exportadores agrícolas e membros: África do Sul, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paraguai, Filipinas, Tailândia, Uruguai).

Entre os aspectos assumidos nesse compromisso está o de não permitir a prática de aumento artificial de preços das mercadorias agrícolas estrangeiras importadas pelas empresas

trading estatais, de maneira que se reduza a competitividade desses produtos nos mercados interno chinês.

Esse fato abre a possibilidade de grande expansão do consumo interno, principalmente nos grandes centros urbanos como: Pequim, Changai, Hong Kong, Shenzhen, Fujian, Guandong, cidades onde se concentra a população com maior renda.

No decorrer das negociações bilaterais e dos acordos para adesão dos países membros da OMC para com a China, alguns diplomatas e chefes de equipe de negociações, se surpreenderam com a verificação de que os índices de subsídios para agricultura na China estavam em média a 1%, portanto abaixo do nível de tolerância permitido pelo Acordo Agricultura da Rodada Uruguai, no qual foi estabelecido um teto de 5% para os países desenvolvidos e de 10% para os países em desenvolvimento (GOYOS, 2007).

Com taxa de 1% de subsidio destinado à agricultura, a China é considerada a economia mais liberal do mundo, o que se torna um contra-senso: um país socialista tornar quase zero a ajuda aos seus agricultores. No entanto, o fato da política chinesa para o campo ser a mais liberal, a isenta de retaliações por parte de seus parceiros.

A formulação de política de importação no setor agrícola em bases puramente comerciais foi uma das condições aceitas pela China. Desta forma, Pequim afirmou na assinatura de adesão a OMC, que o país não tinha, e nem alteraria, os planos de diretrizes ou normas administrativas – em nível nacional ou para as ZEE's (Zonas Especiais de Livre Comércio); a regulação, quantidade, qualidade ou tratamento especial às importações; ou efetivar práticas de troca às importações; ou quaisquer outras medidas não tarifárias aplicadas pela sua Aduana – incluindo aquelas mantidas para as empresas *trading* estatais.

Um sistema de quotas de direito de comercializar irá aumentar o mercado para as principais *commodities* agrícolas, incluindo o milho, o trigo, o algodão, o arroz e o óleo de soja. O volume destas mercadorias aceita a uma tarifa foram paulatinamente aumentadas até o ano de 2004, exceto o óleo de soja, que foi liberado até 2006 (GOYOS, 2007).

Em 2000 a cota para o óleo de soja foi de 1,72 milhões de toneladas, subindo para 3,26 milhões em 2005, a uma alíquota tarifária de 9%, sendo que o excedente pagou tarifa de 74% do imposto de importação (GOYOS, 2007).

As tarifas de soja a granel foram de 3% e de ração 5%, as quotas de algodão serão de 743.000 toneladas, e aumentou para 894.000 em 2004, a uma tarifa de 4%, o excedente pagou uma tarifa de 69% (GOYOS, 2007).

As quotas para arroz foram de 2,66 milhões de toneladas em 2000, e aumentou para 5,32 milhões em 2004, a tarifa de 1%, o que excedeu pagou tarifa de 77%. As quotas de trigo

foram de 7,3 milhões de toneladas em 2000 e aumentou para 9,64 milhões em 2004, e a tarifa de 1%, o que excedeu recolheu tarifa de 77%, as quotas de milho forma de 4,5 milhões de toneladas, subindo para 7,2 milhões em 2004, a uma tarifa de 1%, o que excedeu recolheu uma tarifa de 77% aos cofres de do Tesouro público.

As barreiras sanitárias e fito-sanitárias aos produtos agrícolas, após a adesão da China à OMC são baseadas e pautadas em critérios da evidência científica e em conformidade com o tratado do sistema multilateral de comércio no qual estão sujeitos todos os parceiros.

A Lei Aduaneira de 22 de janeiro de 1987 regula o sistema aduaneiro da China. Tarifas que em 1994 eram em média de 36,8% caíram para 16,8% em 1999 e ficou em 9,4% em 2005. (GOYOS, 2007) O imposto sobre valorização de terras na China é devido por aqueles que têm receitas oriundas da transferência de direito de uso, de prédios e benfeitorias de terras estatais. Esse imposto adota quatro níveis de alíquotas progressivas e crescentes; que se inicia em 30%, 40%, 50% e atinge o seu pico com imposto de 60% (GOYOS, 2007).

Os impostos agrícolas são arrecadados pelo governo central de empresas de investimento estrangeiros, empresas estrangeiras e pessoas físicas estrangeiras que tenham obtido receitas agrícolas. A tributação sobre a agricultura está orientada somente aos investimentos estrangeiros, já que a propriedade agrícola está em poder do Estado.

3.3 - Economia de mercado com gestão socialista

“Não importa a cor do gato, mas se é ou não capaz de caçar ratos”. Esse era o ditado proferido por Deng Xiaoping, idealizador da nova economia chinesa (MADDISON, 2001).

O importante não era se a China era socialista, o que importava era como fazer a economia crescer em um Estado Socialista transformando o cenário para 1,3 bilhões de chineses. Tudo isso sem repetir os mesmos erros que levaram a ex União das Repúblicas Soviéticas à bancarrota que culminou, no fim do único sistema, que rivaliza o capitalismo dividindo o mundo em dois pólos.

“Quando se traça um ideal, pode-se vislumbrar o que pretende, mas é preciso evitar o impossível” (Aristóteles). Assim a China está construindo uma nova forma de gestão econômica que foi capaz de tirar da linha da pobreza 500 milhões de cidadãos (MADDISON, 2001).

Desde o início da revolução econômica idealizada e liderada por Deng Xiaoping, a forma encontrada por Pequim é controlar tudo e todos com mão-de-ferro, ou seja, o Estado

deve gerir a economia, mesmo num mundo onde as forças do mercado internacional, através do capital especulativo e produtivo, moldam o comportamento de uma nação.

Em novembro de 1979, ao receber o primeiro ministro do Japão Massayoshi Ohira, Deng Xiaoping referia-se pela primeira vez, à economia de mercado como “uma conquista da civilização humana” e que “já florescia mesmo dentro da sociedade feudal” (MADDISON, 2001).

Em outubro de 1993, o Congresso Nacional do PCCh (Partido Comunista Chinês) homologou o termo “economia de mercado socialista”, logo referendado pela Assembléia Popular Nacional, através de emenda constitucional, conferindo-lhe força de lei (MADDISON, 2001).

Aos críticos do crescimento econômico Chinês – em média de 10% ao ano e que em 30 anos irá superar a economia dos Estados Unidos – (MADDISON, 2001), não é piada o objetivo e o plano traçado por Pequim. A história mostrará que, como o que ocorreu com a economia da Alemanha, a China, grande como é, será capaz de superar os obstáculos que virão.

Quando questionados sobre as pesadas críticas ocidentais à China e aos seus produtos, e, por vezes, chegando a se constituir em barreiras à entrada destes produtos na Europa e Estados Unidos, os seus críticos argumentam que: o governo de Pequim não respeita as leis trabalhistas; paga baixos salários; não há cobertura de uma previdência social pelo Estado; os trabalhadores são expostos à péssimas condições de trabalho; não há medidas que obstruam e dificultem a degradação excessiva do meio ambiente; e ainda, que o governo faz o que for possível para manter o crescimento econômico em 10% ao ano – como têm ocorrido desde 1979 (MADDISON, 2001).

Todas as críticas são verdadeiras, mas temos que observar que são feitas por ocidentais, portanto, uma visão ocidental sobre um país oriental. Isso aponta para o fato de que há a necessidade de se considerar algumas peculiaridades pertinentes.

Os chineses rebatem essas críticas, numa devolução de perguntas inquietantes: como a Inglaterra formou capital para desenvolver a revolução industrial? Como os trabalhadores viviam nas cidades industriais na primeira fase da Revolução Industrial? Como Portugal e Espanha colonizaram as Américas e extinguiram nações indígenas como os Maias e os Astecas? E como os Estados Unidos fizeram para se tornar o Grande Império? Como os americanos manipulam o FMI e o Banco Mundial? Como as guerras vencidas pelos americanos abrem as portas para os seus produtos? Como o Oriente Médio encara os americanos e a sua sede por petróleo?

Os países desenvolvidos estão simplesmente esquecendo de seu passado colonizador quando afirmam que o modelo econômico que a China está utilizando é predatório e arcaico, ou seja, alcançaram o topo da civilização moderna e econômica que os respaldam para validar as críticas.

As economias desenvolvidas são incapazes de reconhecerem que o passado foi benevolente com suas atitudes. Pois, não haviam críticos, imprensa livre e desenvolvida, nem ONG's (Organização Não Governamental). Fatores que facilitaram, sem sombra de dúvida, os massacres, escravidões, pilhagem, abertura forçada dos portos de nações menos favorecida, empréstimos financeiros com juros exorbitantes, etc. tudo isso resultou, no óbvio: o padrão de “excelência econômica” (GOYOS, 2007).

Os meios utilizados são os mesmos que China utilizou. No entanto, os países ocidentais não percebem que o seu discurso e suas atitudes “ant China” não ajudam a compreender o modo de vida e os anseios chineses. Posição que se pauta apenas pelo desejo de que outros povos não acessem a mesma escada, que no passado, os ajudaram. Portanto, tal posicionamento é, no mínimo, egoísta e pouco inteligente.

A diplomacia chinesa está se esforçando para igualar a influência política mundial da República Popular China ao seu peso econômico.

Pequim passou, definitivamente, a ser rota das visitas internacionais de inúmeros chefes de Estado, todos com um só objetivo: aproveitar ao máximo que a China tem a oferecer, pois, todos querem vender e comprar dos chineses.

Os grandes temas que estão na ordem mundial têm Pequim como um importante interlocutor, o seu peso econômico e sua população explicam a sua importância.

Hu Jintao, assim como o seu antecessor Jiang Zemin, tem realizado várias viagens de diplomacia pelo mundo, fechando parcerias estratégicas, abrindo mercados, negociando investimentos, no intuito de apresentar a China moderna, compradora e com apetite de um verdadeiro dragão.

Uma questão crucial na política interna chinesa é o princípio de uma China única, daí a estratégia de isolar Taiwan com o objetivo de esfriar os desejos autonomistas.

As delegações chinesas buscam expandir as relações comerciais em regiões distantes de sua natural influência, como é o caso da América do Sul, com objetivo muito claro, assegurar uma fonte de suprimentos segura em uma região estável.

Quando da visita do presidente Hu Jintao em novembro de 2004 a América do Sul e Caribe, o premiê chinês e sua extensa comitiva desembarcou no Brasil, Chile, a Argentina e Cuba.

Da mesma forma, os líderes Luis Inácio Lula da Silva, do Brasil e Nestor Kirchner, da Argentina, também visitara a República Popular da China. Naquele ano foram assinados, pelos governos de Brasil e China, 39 convênios de cooperação nas áreas de comércio, investimentos, aviação, pesquisa espacial, turismo e educação.

A China está mostrando para o mundo, para seus parceiros e adversários comerciais, que não se trata de um surto de crescimento econômico, mas, de um crescimento com bases sólidas e gigantescas, no qual seus tentáculos podem alcançar as mais remotas regiões do globo, pois, sua economia está estruturada de forma que o seu crescimento econômico será vigoroso e sustentável.

O Brasil precisa seguir o exemplo da China, de como desenvolver a sua economia, que tirou 500 milhões de cidadãos da linha de pobreza, E assim possibilitar condições para que mais brasileiros possam sair da pobreza e dar condições para que empresários, cidadãos projetem um futuro melhor.

Como na China a liderança está nas mãos dos comunistas, a gestão fica relativamente mais fácil em relação ao Brasil, que desfruta de sistema presidencialista na forma democrática.

Para o Brasil é recomendável um pacto nacional, um pacto federativo, um projeto de estado apartidário, para que se tenha no futuro, indicadores macro econômicos, que se não iguais aos dos chineses porem possa ser mais próximos da realidade brasileira para que se faça uma revolução social, com bases em uma liderança nacional forte, que oriente a nação para o desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Promover o desenvolvimento dos setores produtivos, que são geradores de emprego e renda, contribuindo para a arrecadação de tributos para a União, Estados e Municípios.

O pacto nacional brasileiro no que tange as exportações e importações tem que ser alterado, saindo do tradicional e velho sistema que predomina desde o Brasil colônia até o século XXI, onde o país está caracterizado como uma economia complementar as dos países desenvolvidos, ou seja, somos fornecedores de *commodities* agrícolas e minerais com baixo valor agregado e importadores de produtos industrializados, em conseqüência do atraso tecnológico e no baixo grau de investimento no capital produtivo, acarretando em baixos salários pagos pela indústria, falta de competitividade interna e externa, dependência externa, reservas cambiais oscilantes, ficando sujeito a crises internacionais.

Como foi dito neste mesmo capítulo a China iniciou a abertura em 1979 sob a liderança de Deng Chiaoping, o líder chinês flertou com as elites de Hong Kong e Taiwan e

prometeu aos seus compatriotas que se investissem na China o retorno seria superior a qualquer outro país.

Quem garantia esse retorno seria o próprio governo, que colocaria toda a máquina do Estado para juntos desenvolverem a economia, então a diáspora chinesa começou a se movimentar e bilhões de dólares foram investidos no continente, principalmente nas cidades do litoral da China nas Zonas Econômicas Especiais sob a proteção de Pequim.

Os primeiros investidores tornaram-se multiplicadores e outros chineses e estrangeiros passaram a investir mais, pois, lhe foi apresentado um projeto ambicioso, o de tornar a China a maior potência exportadora do mundo e a maior e mais diversificada e lucrativa indústria do planeta.

No Brasil o processo de investimento e capitalização do setor produtivo poderia se espelhar na China, pois, não há números oficiais, mas estima-se que há bilhões de dólares de afortunados brasileiros aplicados em contas em bancos Americanos, Europeus e paraísos fiscais.

Se em um pacto federativo, a liderança brasileira conseguir convencer os proprietários dessas fortunas a retornarem para o Brasil na forma de investimento dando-lhes confiança de retorno superior à média internacional, contribuiria para que o país pudesse dar o alavanque para o desenvolvimento econômico. Como Deng Xiaoping gostava de verbalizar “Não importa a cor do gato, mas se é ou não capaz de caçar ratos”, esse provérbio chinês nunca foi tão adequado ao Brasil.

É fácil perceber que o Brasil tem muito que aprender com os Chineses e com a sua milenar história e não atacar como algumas entidades de classe empresarial o fazem.

A indústria brasileira articula uma reação à entrada de produtos chineses no Brasil, e não apenas nos setores tradicionalmente vulneráveis à concorrência asiática, como têxtil e calçados. Fabricantes de máquina, baterias e produtos eletroeletrônicos começam a levantar dados para pedir ao governo a adoção de medidas que restrinjam importações chinesas (Folha de São Paulo, 2005).

A China tem uma pauta completa de exportação e compete com a indústria brasileira em vários setores”, afirma o presidente do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Cláudio Vaz, que aponta problemas em setores que vão de bulbos de garrafa térmicas a aparelhos de ar-condicionado (Folha de São Paulo, 2005).

Empresários e economistas repetem o mesmo discurso ao apontar as condições de concorrência mais vantajosa dos chineses: câmbio desvalorizado e atrelado ao dólar há dez anos; juros inferiores a 6%; financiamento estatal abundante; escala dada por uma população

de 1,3 bilhões de pessoas salários que são um quarto dos pagos no Brasil (Folha de São Paulo, 2005).

Esse quadro apontado pelos empresários industriais é agravado pelas idiossincrasias da economia brasileira, com juros elevados, pequeno mercado de consumo, quando se comparado ao chinês, deficiências na infra-estrutura, câmbio valorizado, baixo nível de desenvolvimento tecnológico, ausência de marcas globais, entre outros (Folha de São Paulo, 2005).

As diferenças culturais e econômicas e a distância geográfica entre a República Popular da China e o Brasil por si só já distanciam um do outro, mas se for feito um esforço diplomático, Brasil e China têm muito em comum, os desafios são sociais para ambos são enormes e condição econômica que se encontram nunca foram tão favoráveis.

Um acordo Tratado de Livre Comércio contemplando todos os setores e respeitando alguns setores da economia brasileira como da chinesa, seria a fusão perfeita tanto para Brasília quanto para Pequim, pois dinamizaria o comércio internacional e abriria a portas ao Brasil para um mercado de 1,3 bilhões de consumidores, em contrapartida e ao contrário que muitos esperam, que vislumbram uma invasão chinesa e um conseqüente processo de desindustrialização no Brasil, podem estar assistindo a uma nova mudança de paradigma do empresariado brasileiro e novas perspectivas econômicas poderiam surgir.

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que nela caibam, nem jamais aparecem novas e mais altas relações de produção antes que as condições materiais para sua existência tenham amadurecido no seio da sociedade anterior. Por isto, a humanidade se propõe sempre unicamente os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, sempre observamos que estes objetivos só vingam quando já se dão ou, pelo menos, estão em gestação às condições materiais para sua realização (Marx, 1980).

CONCLUSÃO

Desenvolvida esta pesquisa, podemos afirmar que a sinergia sino-brasileira é considerada como uma evolução natural de interesse mútuo. A natural vocação do Brasil em ofertar *commodities* agrícola complementando a economia industrial da China, que com seu vigoroso e longo crescimento econômico, faz com que os produtores e exportadores brasileiros consigam bons contratos de fornecimentos de produtos agropecuários e do lado dos chineses a contrapartida seja que o Brasil torne-se de fato um parceiro confiável e que mantenha a fonte de suprimentos capaz de alimentar e estimular o crescimento da economia.

Nos últimos 20 anos, a economia chinesa tem evoluído a taxas extraordinárias de 10%, em média cujo resultado é a crescente demanda por alimentos, impulsionada pelo aumento da renda per capita da população e do poder aquisitivo da classe média.

O crescimento do consumo vem enfrentando restrições na oferta, em função da relativa escassez de terras agricultáveis e disponibilidade de recursos hídricos. Para atender a este contínuo aumento de demanda, somente pela via das importações, abrindo espaço para economias competitivas no agronegócio, com capacidade para aumentar a oferta e gerar excedentes exportáveis como o Brasil.

O Brasil preenche estas condições e se encontra em posição privilegiada em termos de atendimento à crescente demanda alimentar chinesa. Mas existem restrições para aumentar o acesso ao mercado chinês, a China continua adotando excessiva proteção ao seu mercado interno, utilizando elevadas tarifas e complexa rede de exigências burocráticas, como licenças prévias, falta de transparência na administração de quotas por empresas monopolistas estatais, barreiras sanitárias e fitossanitárias, que criam enormes obstáculos de acesso, porém estas condições aos poucos serão mudadas com a entrada da China na OMC.

Se não fossem as restrições de acesso ao seu mercado o Brasil poderia ocupar um espaço ainda mais relevante em relação a outros produtos do agronegócio importados pela China.

Tanto Brasil como China devem se preparar para os efeitos da crise americana, pois provocará recessão naquele país. Toda esta crise acarretará na queda dos preços das *commodities* agrícolas, diminuição de créditos para a produção, provocando queda no crescimento do PIB mundial e levando a recessão para o mundo todo.

Passando esta crise Brasil e China, apresentam condições favoráveis para aumentar ainda mais o comércio entre ambos os países, já que suas economias se completam no sentido

da China apresentar um forte crescimento e o Brasil ser fornecedor natural de alimentos e energia para os chineses.

Brasil e China terão que encontrar alternativas de crescimento econômico para a agricultura e seus trabalhadores, conciliando esta justiça social e respeito ao meio ambiente, somente assim essas duas nações com profundas raízes no campo encontrarão o caminho para a prosperidade e a segurança alimentar de seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

CHINA STATISTICAL YEARBOOK, edited by State Statistical Bureau. China Statistical Publishing House, 2007.

CNA. Agropecuária Brasileira: Balanço 2006, perspectivas 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>> Acesso: 15 junho de 2008.

CONAB. [Site oficial] Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 20 maio de 2008.

DIAMOND, Jared. **Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. 2 ed. São Paulo, Editora Record, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO Disponível em: <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 20 junho de 2008.

GOYOS, Durval de Noronha; MCNAUGHTON, John Frençz; XIAOFANG, Winnie Pang . **A China pós OMC: Direito e Comércio**. São Paulo: Ed Obsevardor Legal, 2007.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>> Acesso em 16 de abril de 2008

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/jsp>> Acesso em 20 de maio de 2008

MADDISON, Angus. **The World Economy: a millenial perspective**. Paris: OECD, 2001.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/home.php>> Acesso em 16 de abril de 2008

OMC (Organização Mundial do Comércio) Disponível em: <<http://www.wto.org/>> Acesso em 20 de maio de 2008.

THE ECONOMIST. Disponível em <<http://www.theeconomist.com.>> Acesso em 16 de agosto de 2008.